

CIBEC/INEP



B0031828

MEC/INEP/CIBEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – SEF

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2001**

JANEIRO 2002

VERSÃO PRELIMINAR

371
082312

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário-Executivo
Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Fundamental
Iara Glória Areias Prado

Diretora Substituta de Política da Educação Fundamental
Maria Auxiliadora Albergaria Pereira

Diretora de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental
Maria Auxiliadora Lopes

Diretor de Acompanhamento do FUNDF
Ulysses Cidade Semeghini

Chefe de Gabinete
Maria Auxiliadora Albergaria Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 - POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

1-Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado	06
1.1 - Parâmetros em Ação	06
- Etapas de implantação	
Fase 1	
Fase 2	
1.2- Formação de Professores Alfabetizados - PROFA	12
- Caracterização do Programa	
- Material que compõe o programa	
- Etapas de implantação:	
Fase 1	
Fase 2	
1.3 - Parâmetros em Ação de Meio Ambiente na Escola	17
1.4 - Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena	18
PNLD em Ação	1.5- 20
1.6 - Formação de professores em áreas remanescentes de Quilombos	20
1.7 - Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - formação de professores	21
2- Programa de aprimoramento de materiais disponibilizados para as escolas	23
2.1 - Avaliação do Livro Didático	23
2.2 - Bibliotecas Escolares	25
2.3 - Programa de apoio à educação escolar indígena	25
2.4 - Programa de apoio à educação de jovens e adultos	28
2.5 - Programa de apoio à educação infantil	30
Programa de produção de material didático e paradidático	3-
3.1- Educação Infantil	31
3.2- Educação Fundamental	31
3.3- Educação de Jovens e Adultos	33
3.4- Educação Escolar Indígena	34
3.5- Educação Ambiental	35
3.6- Áreas remanescentes de Quilombo	35
Programa de Valorização do Professor	35 4 - 36
4.1 - Prêmio Qualidade na Educação Infantil	36
4.2 - Prêmio Incentivo à Educação Fundamental	37

II - POLÍTICA DE FORTALECIMENTO, MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

1- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério	39
2- Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino	43

III - POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO SETORIAL E INSTITUCIONAL

1-CONANDA	47
2 - CONAD	47
3 - CONAMA	47
4 - PROJETO FORMAR	48
5 - GRUPO INTERMINISTERIAL: MEC/MS	49
6 - PAZ NAS ESCOLAS	49
7 - PIAPS	49
8 - PROJETO ALVORADA	50

APRESENTAÇÃO

Em consonância com as políticas do MEC de incentivar e estabelecer novos parâmetros na qualificação profissional docente e de valorização do magistério, os principais projetos e programas da SEF concentraram-se, em 2001, na área de qualificação de professores. Alguns desses projetos ou programas trabalham diretamente com a formação de professores, como é o caso dos Parâmetros Curriculares em Ação. Outros, oferecem suporte a essas ações como, por exemplo, os programas que envolvem o livro didático. Determinados programas, como o FUNDEF, priorizam diretamente e radicalmente por meio de ações de grande alcance em nível nacional, a valorização do magistério, outros, como os Prêmios de Incentivo, trabalham na linha de valorização do magistério e incentivando o trabalho dos bons professores, procurando dar visibilidade desse trabalho à sociedade.

Ainda, de acordo com as políticas mais gerais e amplas do MEC, que privilegiam a descentralização e a parceria, todos os programas e projetos da SEF foram desenvolvidos prioritariamente com 18 Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A SEF fez também parcerias com Universidades e Organizações não governamentais, especializadas em determinadas áreas de atuação.

Dentro desse contexto o principal programa desenvolvido pela SEF em 2001, foi o PCN em Ação, dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 1999. No ano de 2001 o Programa teve uma grande ampliação: atingiu 26 Estados brasileiros, e 362.609 professores. Esses dados demonstram que o programa se consolidou em 2001 e indicam que a SEF contribuiu para introduzir nos sistemas de ensino uma nova forma de fazer formação de professor. O PCN cria uma nova estratégia de formar professores, privilegiando o trabalho coletivo e a reflexão sobre a prática dos professores. A sua expansão indica que essa estratégia de formação vem favorecendo a concretização de ações de formação continuada no âmbito das próprias escolas.

Foi instituído e implementado em 2001, em decorrência de análises oriundas da própria implementação dos PCN em Ação, o PROFA: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores com o objetivo de aprimorar a atuação dos professores que trabalham na Educação Infantil, nas primeiras séries do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Esse programa introduziu de forma sistemática e regular, em muitas regiões do país, uma nova concepção e metodologia da alfabetização. Um dos objetivos prioritários da SEF, além da questão do atendimento quantitativo, é criar e introduzir inovações nas políticas e estratégias de formação do professor. A SEF procura sempre fornecer referenciais para os sistemas de ensino. Isso é válido para todos seus programas e projetos: criar referenciais teóricos e práticos para a diversidade de problemas que os sistemas de ensino devem solucionar. O PROFA é um exemplo dessa postura da SEF. Os dados indicam que está correspondendo às necessidades do país: atingiu 20 Estados da Federação, 1.188 municípios e 75.436 professores, em 2001.

Além da expansão quantitativa o PCN em Ação ampliou sua atuação, para outras áreas ainda novas para os sistemas de ensino e para as quais, os mesmos, de modo geral, não se encontram preparados. Foram criados e iniciou-se a implantação dos PCN em Ação de Educação Ambiental, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos 2º segmento e o Programa de Formação de Professores para as áreas remanescentes de quilombos.

No ano de 2001 iniciou-se a implementação do PCN em Ação de Educação Ambiental nos Estados do Acre e Bahia. Além disso, iniciou-se o processo de preparação dos técnicos das Secretarias Estaduais de Educação para a implementação do Programa.

Em situação semelhante encontra-se o PCN em Ação de Educação Indígena, que priorizará a parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. A SEF já vinha trabalhando na área de formação de professores com ONGS especializadas no assunto. Com os PCN em Ação dará continuidade ao trabalho em parceria com as Secretarias de Estado. No ano de 2001 em parceria com o INEP foi realizado o 1º Censo Escolar Indígena.

Atendendo reivindicação dos sistemas de ensino a SEF criou em 2001 a Proposta Curricular de Jovens e Adultos - 2º segmento. A implantação será iniciada em 2002, mas o material já está nas Secretarias, para discussão e conhecimento. Essa ação é um marco e um avanço na área de Educação de Jovens e Adultos. Pela 1ª vez, em nível nacional, os sistemas de ensino dispõem de material para trabalhar o 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A criação, distribuição e discussão desse material dá continuidade às ações de apoio técnico oferecidas pela SEF aos sistemas de ensino. Na área da Educação de Jovens e Adultos há que se destacar, também, o aumento considerável no atendimento alcançado por meio do Programa Recomeço, como demonstram os dados do Censo Escolar 2001. Houve um crescimento na matrícula de EJA, de 37,4%, em todo o país, entretanto nas regiões Norte e Nordeste o crescimento foi de 50% e 58% respectivamente.

A análise dos programas e projetos da SEF revela as diversas interfaces existentes entre eles. Isso fica bastante claro quando se verifica, que o avanço na implantação do FUNDEF, produziu impactos significativos no aumento dos cursos de formação de professor. Por outro lado a própria implantação do FUNDEF vinculando os 15% das receitas ao ensino fundamental - estabeleceu, em contrapartida, nos municípios, 10% restantes à Educação Infantil, o que explica o aumento no atendimento da Educação Infantil, demonstrado pelo Censo Escolar 2001. Outras ações que devem, também, ter concorrido para o aumento desse atendimento foi a implantação do Referencial Curricular de Educação Infantil e as ações da SEF, de apoio técnico às Secretarias Municipais de Educação. O Censo constatou que 77% das creches utilizam esse Referencial. Essas interfaces evidenciam-se também com relação às ações de suporte do trabalho do professor, como a avaliação dos livros didáticos. Em 2001,

para aprimorar o trabalho de escolha do livro didático, foram realizadas oficinas com professores. Esse trabalho teve como referencial os Parâmetros Curriculares em Ação e foi desenvolvido nos locais onde já ocorre a implantação do PCN em Ação.

Numa ação síntese das políticas de formação docente e de valorização do magistério, a SEF organizou em outubro de 2001 o Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de Professores. O Congresso reuniu prioritariamente representantes dos municípios que estão implementando as políticas de formação continuada propostas pelo MEC, bem como autoridades e especialistas no assunto. Atingiu um público aproximado de 3.000 participantes. Na organização do Congresso foram incluídas todas as áreas trabalhadas pelos Programas e Projetos da SEF, de maneira diversificada e usando de diferentes recursos: palestras, oficinas e exposições fotográficas, mostras de trabalho etc. Paralelamente, mas diretamente vinculada aos temas tratados no Congresso, houve debates de filmes, debates com artistas plásticos, jornalistas e políticos com o objetivo de demonstrar a vinculação dos Programas de Formação docente e os temas político-sociais em debate na sociedade. O Congresso além de dar visibilidade nacional à questão da formação do professor, inovou na sua forma de organização.

A SEF ao investir na formação continuada do professor e na sua realização busca melhorar as condições de atuação do professor; contribuir para sua profissionalização e, em última análise, ajudar a escola a cumprir, com êxito, sua missão: melhorar a formação dos alunos sob sua responsabilidade.

I - POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

1 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTINUADO

1.1 - PARÂMETROS EM AÇÃO

No período de janeiro a novembro de 2001, o Programa "*Parâmetros em Ação*" - no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como no desenvolvimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - promoveu a confirmação e o fortalecimento das parcerias com as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, com as Universidades e agências formadoras, no sentido de implementar as três diretrizes gerais estabelecidas para sua continuidade. São elas a *descentralização do gerenciamento do Programa, o enraizamento de suas propostas nos sistemas educacionais e a maior integração entre as instâncias e ações do Programa*. Tais diretrizes referem-se aos objetivos de manutenção da qualidade do trabalho, a partir da constatação de um grande momento de expansão ao final do ano 2000.

Tendo em vista direcionar e potencializar as ações de todos os envolvidos para a produção dos avanços desejados, foram estabelecidas prioridades voltadas tanto para a formação pedagógica dos Coordenadores de Grupo, quanto para a formação dos Coordenadores Gerais e sua integração à *Rede Nacional de Formadores - RNF*.

Essas prioridades traduziram-se nas *propostas estruturais* abaixo relacionadas:

- a) *fortalecimento da estrutura organizacional do Programa nas Unidades Federadas*, promovendo a ampliação das equipes locais e da própria concepção da RNF;
- b) *reorganização da estrutura interna* do Programa, fortalecendo as instâncias políticas e institucionais em que se integram as equipes, através dos encontros nacionais, estaduais, ou regionais no sentido de favorecer a continuidade das atividades previstas para o momento de formação de grupos de estudos nas escolas - fase 2.
- c) *sistematização de acompanhamento do Programa*, orientação para registro de reuniões de pólos e visitas de municípios, elaboração de relatórios e outras documentações de cunho pedagógico.

Esse Programa foi desenvolvido em 02 Fases :

Na Fase 01, momento de integração e organização do trabalho. A equipe da SEF iniciou a formação dos coordenadores gerais e de grupo das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

Na Fase 02, esses coordenadores passaram a formar os profissionais que atuam nas escolas e Secretarias de Educação.

Em síntese, o eixo central das ações do Programa "*Parâmetros em Ação*", é fortalecer a ação das secretarias, enquanto espaço privilegiado de concepção e acompanhamento da formação continuada de professores, abrindo possibilidades para a tematização e reflexão sobre a prática da formação, para conquistas e busca de avanços de modo coletivo e cooperativo, tanto no que diz respeito às questões pedagógicas, quanto às institucionais.

Tais espaços são fundamentais para o enraizamento desta política. O Programa nos possibilita atingir seus objetivos centrais: o desenvolvimento da autonomia dos sistemas educacionais para a gestão do processo de formação continuada de professores, a descoberta e o aprimoramento de lideranças pedagógicas locais que se constituirão em professores formadores que poderão se transformar no centro dinâmico de mudança da prática do professor na sala de aula.

PARÂMETROS EM AÇÃO - FASE 1

Em termos quantitativos, as ações da Fase 1 realizadas em 2001, podem ser visualizadas no Quadro:

Resultados Alcançados

Região	UF	Qtd. Encontros	Total Município	Atuação dos formadores MEC *			Técnicos Secret		
				INFANTIL	FUNDAMENTAL	EJA	INFANTIL	FUND.	EJA
Centro Oeste	DF	1	1	0	14	2	0	348	32
	MS	8	102	6	27	11	215	723	279
	MT	1	11	1	3	1	20	68	30
Total Centro Oeste		10	114	7	44	14	235	1139	341
Norte	AC	1	15	0	3	1	0	80	27
	PA	5	76	6	27	6	196	689	203
	RO	2	19	2	6	1	50	165	18
	RR	1	15	2	8	2	48	195	28
	TO	2	12	2	8	2	60	170	60
Total Norte		11	137	12	52	12	354	1299	336
Nordeste	AL	5	110	1	231	4	30	529	153
	BA	17	211	14	68	21	352	1750	200
	CE	2	127	1	0	5	28	0	245
	MA	14	157	13	40	12	390	1004	314
	PB	4	116	8	25	5	227	627	122
	PE	1	63	0	5	2	0	120	75
	PI	1	60	4	3	3	140	130	278
	RN	8	114	6	41	9	158	1022	212
SE	1	38	0	0	3	0	0	80	
Total Nordeste		53	996	47	205	64	1325	5182	1679
Sul	PR	1	36	2	13	0	129	755	0
	RS	2	32	3	8	3	80	211	32
	SC	8	153	9	24	6	267	597	115
Total Sul		11	221	14	45	9	476	1563	147
Sudeste	ES	2	17	2	6	0	54	131	0
	MG	6	82	5	17	14	118	350	53
	RJ	7	58	9	44	6	320	1114	123
	SP	10	188	18	49	11	623	1123	235
Total Sudeste		25	345	34	116	31	1115	2718	411

Fonte:SEF/DPE

Total Brasil	HO	1813	114	462	130	3505	11901	2914
---------------------	-----------	-------------	------------	------------	------------	-------------	--------------	-------------

Tara realização dos Encontros a SEF disponibilizou formadores

AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DO PROGRAMA

FASE 1

As atividades realizadas nos Encontros da Fase 01 do Programa, vêm sendo avaliadas desde de 1999, quando foi implantado o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado - Parâmetros em Ação.

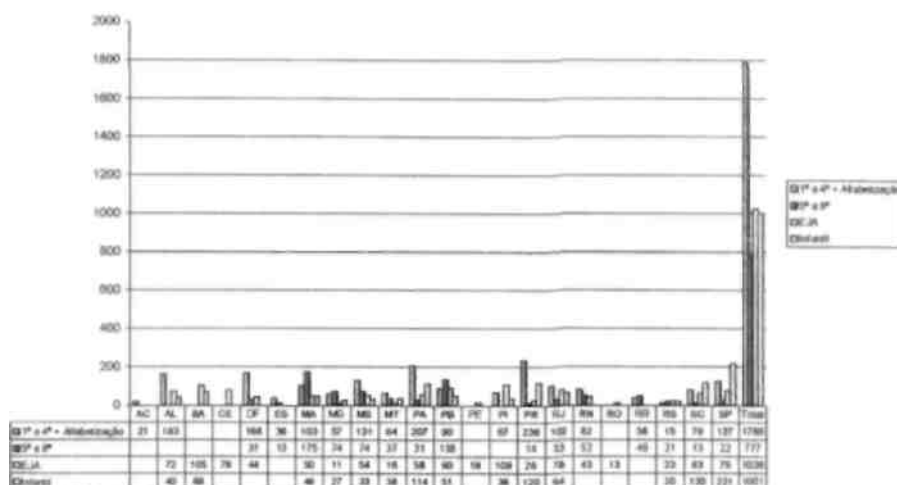
Os participantes, por meio de questionários, distribuídos pela SEF, expressam seu grau de concordância ou discordância quanto a:

- Conteúdo das atividades realizadas
- Metodologia utilizada
- Adequação do tempo
- Material utilizado quanto a linguagem e conteúdo

Resultados da avaliação da Fase 1 respondidos pelos participantes e analisados pela SEF durante o ano de 2001, até 15 de novembro.

O número de questionários recebidos e analisados, por UF, pode ser visto a seguir:

Figura 1: Número de questionários recebido por UF o por segmento/modalidade



ASPECTOS DO ENCONTRO CONSIDERADOS MAIS POSITIVOS - PELOS PARTICIPANTES

Em uma questão com oito opções possíveis, os participantes indicaram os aspectos que consideraram mais positivos e importantes para sua futura atuação como formador no Programa "Parâmetros em Ação".

Tabela 02: Respostas a questão: "Dentre os aspectos do Encontro citados a seguir, quais foram os mais importantes e positivos para sua futura atuação como formador no Programa Parâmetros em Ação?"	N.º	%
Oportunidade para trocar idéias e experiências com outros profissionais	3090	67,3
Oportunidade para refletir sobre a própria prática	2960	64,5
Oportunidade de familiarização com os Parâmetros Curriculares Nacionais	2852	62,1
Metodologia utilizada pelo coordenador do grupo	2510	54,7
Módulos específicos do material PCN em Ação	833	18,1
Incentivo ao uso da TV Escola	556	12,1
Material complementar apresentado e/ou utilizado durante o encontro	512	11,2
Outros	62	1,4

A presente avaliação, no âmbito da Fase I do Programa Parâmetros em Ação, confirma os resultados obtidos em 1999 e em 2000. Os Encontros são sempre avaliados de forma muito positiva pela maioria dos participantes. O passo seguinte a esta parceria do MEC com as Secretarias de Educação e outras instituições envolvidas no Programa é a realização de uma avaliação sistemática do andamento do Programa na Fase 2, trabalho efetivo dos coordenadores de grupos e professores, objetivo desta Secretaria para o ano de 2002.

PARÂMETROS EM AÇÃO - FASE 2

Formação de Grupos de Estudos nas Escolas

Considera-se como FASE 2, no Programa Parâmetros em Ação, a etapa de constituição de grupos de estudo de professores nas escolas. Esta fase caracteriza-se também pela realização de reuniões periódicas nos pólos, visando assegurar a formação continuada dos coordenadores gerais e de grupo, e o efetivo acompanhamento dos responsáveis pelos grupos de estudos.

Os coordenadores gerais e de grupo, por sua vez, acompanham os grupos de estudos formados pelos professores, na perspectiva de assegurar, nas escolas, o espaço para a discussão e busca de alternativas aos questionamentos inerentes ao trabalho em sala de aula, para tanto são realizadas atividades de estudo de módulos e avaliadas ao término de cada um deles.

Em termos quantitativos, as ações realizadas e sua execução podem ser visualizadas nos Quadros que seguem:

DEMONSTRATIVO DA FASE 2

DADOS PRELIMINARES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA FASE 2 DO PARÂMETROS EM AÇÃO - EJA

Estado	Encontros	Pólos	Municípios	Coordenadores
ACRE	Julho	3	17	12
	Outubro	3	7	15
ALAGOAS	Setembro	13	42	59
	Outubro	11	37	49
BAHIA	Agosto	1	7	18
	Outubro	1	8	20
	Novembro	1	12	20
CEARA	Julho	17	18	26
	Setembro	17	18	56
	Novembro	17	18	60
PARÁ	Agosto	6	21	25
	Dezembro	2	12	26
PARAÍBA	Julho	3	7	11
	Novembro	2	18	22
PERNAMBUCO	Agosto	11	67	120
	Novembro	10	17	24
PIAUI	Novembro	Não dividido em pólos	40	79
RIO GRANDE DO NORTE	Agosto	17	19	39
	Outubro	17	19	39
	Dezembro	17	19	44
RONDÔNIA	Agosto	8	25	49
TOTAL	21			

Fonte: COEJA/SEF/MEC - Relatórios dos Formadores/Parâmetros em Ação

ABRANGÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE 02 DO PROGRAMA PARÂMETROS EM AÇÃO

Região	UF	Qtd. Pólos	Municípios	Fase		
				1	Transição	2
Centro-Oeste	(,0)	25	152	0	15	136
	MS	9	72	5	7	60
	MT	12	114	4	3	106
	DF	1	1	0	0	1
	TOTAL	47	339	9	25	303
Norte	AC	3	23	0	0	3
	AM	1	1	0	0	1
	PA	15	87	0	0	55
	RO	15	80	0	3	77
	RR	2	15	11	10	4
	TO	2	12	0	0	12
	TOTAL	38	218	11	13	152
Nordeste	AL	13	90	0	1	80
	BA	16	187	52	43	92
	CE	22	22	122	55	67
	MA	14	155	2	24	124
	PB	16	210	0	35	165
	PE	12	162	1	15	142
	PI	2	2	0	1	1
	RN	18	163	2	39	131
	SE	10	39	0	39	0
	TOTAL	123	1030	179	252	802
Sul	PR	4	58	2	2	54
	RS	5	83	0	63	20
	SC	13	225	0	93	132
	TOTAL	22	366	2	158	206
Sudeste	ES	10	100	0	71	29
	MG	8	100	10	23	67
	RJ	11	90	1	9	80
	SP	22	272	12	62	154
	TOTAL	51	562	23	165	330
TOTAL		281	2515	224	613	1792

Fonte: SEF/DPE

ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA PARÂMETROS EM AÇÃO ATÉ NOVEMBRO/2001

Capacitação de Coordenadores de Grupos. Grupos de Estudo e Total dos Professores dos Grupos por UF, segmento e modalidade de ensino.

UF	CG	Coord. do grupo				Grupos de estudo/total dos professores dos grupos							
		EI	1" à 4"	5ª à 8ª	EJA	E. I		1ª à 4ª		5ª à 8ª		EJA	
						G.E.	T.P.	G.E.	T.P.	G.E.	T.P.	GE	T.P.
GO	39	50	478	0	73	43	948	475	9772	10	350	73	386
MS	83	104	221	105	83	69	1417	127	2957	67	1256	83	1283
MT	142	127	390	265	61	100	2023	261	6917	165	3618	49	754
DF	52	52	183	319	18	52	788	159	3019	319	2762	17	336
TOTAL	316	333	1272	689	235	264	5176	1022	22665	561	7986	222	2759
AC	23	35	97	68	18	33	860	97	2829	65	1752	15	294
AM	2	25	47	30	13	25	835	38	1208	21	537	0	470
PA	88	75	551	310	142	61	1538	505	16569	262	5231	107	2543
RO	128	29	416	376	106	11	291	344	3937	310	3473	75	954
RR	15	48	74	62	5	50	603	74	897	62	667	5	61
TO	13	13	110	148	13	13	305	108	3110	148	4119	14	282
TOTAL	269	225	1295	994	297	193	4432	1166	28550	868	15779	216	4604
AL	102	64	319	96	63	56	1386	360	7990	85	2389	72	1409
BA	199	282	830	439	67	150	2902	494	12894	260	5303	16	575
CE	22	28	36	21	207	9	189		1117		471	207	2002
MA	171	264	520	269	215	224	5067	29	15625	17	5371	0	3931
PB	104	208	151	134	114	190	2396	340	8430	84	1041	119	1382
PE	146	80	410	152	91	85	1902	286	10159	95	2235	74	1201
PI	25	24	69	14	80	24	484	69	1764	35	2047	87	2685
RN	220	156	423	324	150	113	2371	209	7591	174	4779	0	1793
SE	10	0	11	0	39	0	0	21	771	0	0	0	0
TOTAL	999	1106	2769	1449	1026	851	16697	1808	66341	750	23636	575	14978
PR	68	113	102	66	13	99	2720	122	3984	61	1213	5	124
RS	84	42	27	44	21	0	374	0	420	0	634	0	134
SC	143	144	215	130	29	140	3281	162	4947	82	2259	0	135
TOTAL	295	299	344	240	63	239	6375	284	9351	143	4106	5	393
ES	114	61	64	85	57	64	1495	64	1531	64	1973	0	815
MG	103	125	233	91	30	127	3207	232	5582	87	1701	36	818
RJ	99	157	316	116	43	143	4372	335	9844	108	2980	43	946
SP	277	389	522	126	100	226	6324	276	9578	246	1611	39	568
TOTAL	593	732	1135	418	230	560	15398	907	26535	505	8265	118	3147
TOTAL	2472	2695	6815	3790	1851	2107	48078	5187	153442	2827	59772	1136	25881

Fonte: SEF/DPE

Legenda:

- CG- Coordenador Geral
- E.I - Educação Infantil
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- G.E - Grupos de Estudo
- T.P - Técnicos e Professores

1.2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES - PROFA

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA - surgiu no processo de desenvolvimento do Parâmetros em Ação. Constatou-se a extrema necessidade de elaboração e implantação de um Programa nacional de formação de alfabetizadores, com o objetivo central de combater a repetência e evasão escolar de crianças, jovens e adultos.

CARACTERIZAÇÃO

Trata-se de uma proposta formulada pela SEF, implementada em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, as Universidades, as escolas de formação públicas e privadas, e ainda as organizações não governamentais interessadas. Envolve um esforço conjunto para o resgate do compromisso da escola com a formação inicial do aluno como leitor e produtor de textos, compensando a insuficiente formação didática oferecida por instituições responsáveis pela formação inicial dos professores que alfabetizam crianças, jovens e adultos.

CARGA HORÁRIA

O curso totaliza 180 horas, distribuídas em três módulos, com 75% do tempo destinado à formação em grupo e 25% do tempo destinado ao trabalho pessoal: estudo e produção de textos e materiais que serão socializados no grupo ou entregues ao coordenador, tendo em vista a avaliação. A proposta consiste em realizar encontros semanais de 3 horas de duração e 1 hora de trabalho pessoal, durante 45 semanas.

MATERIAL QUE COMPÕE O PROGRAMA

O Programa apóia-se em dois tipos de material;

- textos escritos, destinados aos professores cursistas e aos formadores;
- 30 programas de vídeo especialmente produzidos para uso no curso.

Estes materiais estão organizados em *kits* e são entregues à instituição parceira, para posterior distribuição aos professores formadores e cursistas.

Do ponto de vista metodológico, organiza-se em 03 módulos .

- O Módulo 1 aborda conteúdos de fundamentação, relacionados aos processos de aprendizagem da leitura e escrita e à didática da alfabetização;
- Os Módulos 2 e 3 tratam, especialmente, de propostas de ensino e aprendizagem da língua escrita na alfabetização, sendo o Módulo 2 mais focado em situações didáticas de alfabetização e o Módulo 3, nos demais conteúdos de língua portuguesa que têm lugar no processo de alfabetização.

Materiais que compõem o programa

Material Escrito	Caracterização	A quem se destina
Documento de Apresentação	Aborda a trajetória do modelo para todos	Escolar da alfabetização envolvidos no Programa
Guia de Orientações Metodologias Gerais	Explicita a concepção e as metodologias adotadas no programa	Formadores
Guia do Formador - Módulo 1 Guia do Formador - Módulo 2 Guia do Formador - Módulo 3	Atividades propostas para as 45 semanas do curso	Formadores
Coletânea de Textos - Módulo 1 Coletânea de Textos - Módulo 2 Coletânea de Textos - Módulo 3	Reúne textos literários a serem lidos em grupo	Formadores e Professores
Caderno de Registro	Fichário com 2 partes: a 1ª destinada ao arquivo dos textos e a 2ª, ao registro escrito dos professores	Formadores e Professores
Catálogo de Resenhas	Resenhas de filmes que ampliam o horizonte cultural dos professores	Grupo

VÍDEOS

Foram produzidos 30 vídeos que apresentam situações didáticas de alfabetização ajustadas às necessidades de aprendizagem dos alunos. As principais personagens dos vídeos são 14 professoras que se dispuseram a abrir a porta de suas salas de aula aos demais educadores do Brasil:

- 11 vídeos do Módulo 1 - Processos de Aprendizagem;
- 09 vídeos do Módulo 2 - Proposta Didática 1;
- 09 vídeos do Módulo 3 - Proposta Didática 2;
- 01 vídeo do Formador.

PARCERIA DO MEC COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Formas de parceria:

VIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Ocorre quando há uma demanda concreta das Secretarias e, nesse caso, são três as alternativas:

- Assessoria pontual -> profissionais vinculados às instituições de ensino superior podem ser contratados para prestar assessoria sobre temas específicos.
- Contratação de profissional para exercer a função de Coordenador Geral do PROFA.
- Contratação de profissional para exercer a função de Coordenador de Grupo (formador) —> no caso, a Secretaria de Educação deve, necessariamente, indicar um educador da rede de ensino, para trabalhar em parceria com esse profissional, a fim de que se capacite exercendo a função de formador.

INCORPORAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

A implementação do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores por meio desse tipo de parceria pressupõe a assinatura prévia, pela instituição de ensino superior, de um Termo de Cooperação Técnica, onde estão definidas as atribuições, responsabilidades e contrapartidas dos parceiros.

OUTROS

Cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, etc. Nesses casos será preciso que a instituição envie a proposta para ser analisada pelo MEC, indicando a carga horária e as formas previstas para desenvolvimento do Programa.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Este Programa foi desenvolvido para ser implantado em 02 Fases:

FASE1

Consiste na formação dos formadores e é realizada pela Equipe Pedagógica do Programa. Ocorre em um encontro de 4 dias de intensa formação, tendo como principais objetivos:





















- a) tornar conhecidos os materiais e potencializar a ação dos futuros Coordenadores Gerais e de Grupo;
- b) discutir as concepções de Alfabetização e Letramento;
- c) oferecer um modelo de formação de qualidade e alternativo ao modelo convencional, apoiado em estratégias de resolução de problemas, tematização da prática, uso da leitura e da escrita e discutir as competências profissionais do formador.

Os encontros da Fase 1 acontecem nos estados que solicitam adesão e obedecem ao critério de já terem realizado a formação continuada no âmbito do Programa "Parâmetros em Ação". Os participantes dessa etapa são os futuros coordenadores gerais e de grupo, indicados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação envolvidas.

O Quadro a seguir demonstra os dados quantitativos da Fase 1.

FASE I- SITUAÇÃO PO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES - 2001

Total dos Estados

UF	Fase 1							
	Encontros	Coordenadores		Municípios	MATERIAL ENVIADO DO MÓDULO - I DO PROFA			
		Gerais	Grupo		Kit do Formador	Vídeos	Caderno de Registro do Professor	Caderno de Apresentação Programa
 AC	02	04	67	14	110	110	1479	1479
 AL	02	15	53	19	82	82	1170	1170
 BA	24	202	1025	204	966	966	10797	9739
 CE	03	54	306	174	441	441	0	0
 DF	01	06	53	14	91	91	1690	1690
 ES	04	34	154	40	346	346	3717	2160
 GO	02	14	95	12	135	134	1780	1520
 MA	02	44	139	108	177	177	3600	3600
 MG	03	68	165	68	206	206	02	03
 MS	03	44	60	46	107	107	372	372
 MT	3	24	57	22	126	126	508	508
 PA	03	23	109	19	127	127	1323	1323
 PB	04	54	83	56	213	213	470	670
 PE	03	84	115	45	275	275	1500	1300
 PR	01	33	77	33	135	135	3108	2908
 RJ	02	26	121	24	171	171	1163	1163
 RN	02	37	33	23	63	63	455	455
 RO	04	08	115	19	208	181	4117	4117
 SC	04	64	73	61	237	237	3206	2566
 SP	09	150	339	150	550	550	5413	4795
Total	81	988	3239	1151	4766	4738	45870	41538

Fonte: SEF/DPE/REDE-PROFA

FASE 2 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - 2001

Divide-se em dois momentos:

1º - momento - período de estudo dos Coordenadores Gerais e de Grupo no qual ocorre o aprofundamento dos conteúdos trabalhados na Fase 1 e a preparação para o trabalho com os professores;

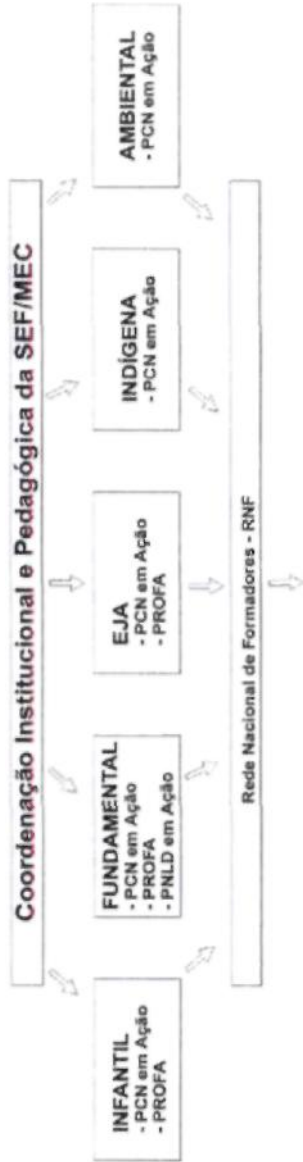
2º - momento - realização de curso para os professores, em 3 Módulos, com encontros semanais de 3 horas.

O Quadro abaixo, apresenta um panorama preciso da abrangências do PROFA no país.

UF	Total dos Estados		
	Fase 2		
	Núcleos Formados	Municípios Participantes	Professores Cursistas
AC	02	10	1470
AL	02	09	2180
BA	45	204	23214
DF	01	14	1650
ES	05	24	2668
GO	06	44	3268
MA	17	105	8140
MG	01	68	4125
MS	11	46	796
MT	05	242	1570
PA	06	12	285
PB	02	05	340
PE	08	79	2900
PR	01	33	3000
RJ	12	31	960
RN	09	21	1748
RO	06	18	1804
SC	11	73	2473
SP	20	150	12845
Total	169	1188	75436

Fonte: SEF/DPE/REDE-PROFA

Integrantes dos Programas:
 -Parâmetros em Ação - PCN em Ação
 -Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA



	AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL	
RNF	5	7	0	22	0	0	1	6	7	8	8	9	5	9	9	3	4	11	12	8	2	3	6	0	48	0	193	
PCN em Ação																												
- PCN em Ação	3	13	1	16	22	1	10	25	14	8	9	12	15	16	12	2	4	11	18	15	2	5	13	10	22	2	261	
- PROFA	23	90	1	187	22	1	100	152	155	100	72	114	87	210	162	2	58	90	163	80	15	83	225	39	272	12	2515	
PROFA																												
- PCN em Ação	2	2	0	45	0	1	5	6	17	1	11	5	6	2	8	0	1	12	9	6	0	0	11	0	20	0	169	
- PROFA	10	9	0	204	0	14	24	44	105	8	46	242	12	5	79	0	33	31	21	18	0	0	72	0	150	0	1188	
Atuação de																												
- COORD. GERAL	27	117	2	401	76	58	148	53	215	171	127	166	111	159	230	25	101	125	257	136	15	84	207	10	427	13	3478	
- COORD. GRUPO	285	595	115	2643	598	625	421	696	1407	644	573	900	1167	690	848	187	371	753	1086	1042	189	134	591	50	1476	284	18390	
- GRUPO DE ESTUDO	210	573	84	920	216	547	192	801	270	482	346	575	935	733	540	215	287	629	496	740	191	0	384	21	787	293	11257	
- PROFESSORES	7205	15354	3050	44898	3779	8555	8482	14724	38134	15433	7709	14982	26166	13599	18397	6980	11041	19102	18282	10459	2228	1562	13095	771	30926	7816	362609	

Fonte: SEF/DPE

* Aglutinação de municípios
 ** Aglutinação de municípios

1.3-PARAM ENTROSEM AÇÃO - MEIO AMBIENTE NA ESCOLA

O Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola, destinado aos professores, das séries finais do Ensino Fundamental, foi lançado pelo MEC em 05 de junho de 2001 - Dia Internacional do Meio Ambiente. O acesso a este programa é por adesão das secretarias que oferecem 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental

A SEF, ao disponibilizar aos sistemas de ensino os Parâmetros em Ação- Meio Ambiente na Escola, amplia a sua ação de parceria com as Secretarias de Educação para o desenvolvimento de políticas de formação de professores.

O programa foi elaborado com a intenção de favorecer a reflexão sobre a prática profissional, atitudes e procedimentos diante das questões ambientais, abordando possibilidades de transversalização dos conteúdos da temática ambiental, bem como a formulação e o desenvolvimento de projetos educativos nas unidades escolares.

MATERIAIS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Para o desenvolvimento dessa proposta foram confeccionados dois kits contendo matérias formativos e informativos: um para o coordenador, destinado a subsidiar o trabalho dos coordenadores gerais e de grupo; e outro para o professor, contendo materiais úteis na prática transversal da educação ambiental em suas escolas.

Matérias que compõem cada Kit

Kit do Coordenador	Kit do professor
Guia de orientações metodológicas gerais	Caderno de apresentação
Guia do Formador	Guia de atividades para sala de aula
Programa de vídeo	Bibliografia e sites comentados
Guia de orientação para trabalhar com vídeo	Catálogo de endereços para ações e informações em Educação
Cartaz com mapa das ecorregiões brasileiras	
CD-ROM Legislação Ambiental	CD de músicas para atividades

Os *Kist* são compostos de materiais escritos, programa de vídeos, CD de músicas, CD-ROM com informações da legislação ambiental, cartaz com mapa das ecorregiões do Brasil.

OBJETIVOS E METAS

O objetivo do programa é desenvolver a temática ambiental de forma interdisciplinar, utilizando o tema transversal meio ambiente na proposta pedagógica escolar, bem como incentivar os sistemas de ensino a assumir sua responsabilidade na implementação da Educação Ambiental nas escolas e estabelecer parcerias que criem processos pedagógicos em consonância com a realidade ambiental e cultural da escola.

A meta do programa é a formação continuada dos educadores do ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, independente da área de conhecimento em que atuem, por meio do estudo interativo do tema, sensibilizando-os para:

- a importância da educação ambiental no contexto escolar;
- o enriquecimento dos conteúdos relacionados as questões ambientais;
- a necessidade de obter novas informações sobre a dimensão local do ambiente;
- propor formas de solução de problemas.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

FASE I

Iniciada no estado do Acre com a participação da Secretaria de Educação do Estado, Secretaria de Educação de Rio Branco (município da capital e 9 municípios do interior) e no estado da Bahia (pólos de Xique-Xique, e Irecê).

Participaram da Fase I no Acre 31 Coordenadores e 120 em Xique- Xique e Irecê na Bahia.

Número de atendimentos por Pólos/Municípios

ACRE*		BAHIA
SEMED	SEDUC	Pólos de Xique-Xique e Irecê
N.º de municípios: 11	N.º de municípios: 9	N.º de municípios: 13
N.º de escolas: 11	N.º de escolas: 4	N.º de escolas: 73
N.º de Coordenadores: 14	N.º de Coordenadores: 12	N.º de Coordenadores: 100
N.º de Prof.: 287	N.º de Prof: 2029	N.º de Prof: 1055
	Participantes da SEDUC: 13	
	Participantes da UFAC: 18	

Fonte: Coordenação-Geral do Programa no Acre e na Bahia.

*A Secretaria de Educação do Estado do Acre, em parceria com a Universidade Federal do Acre, está oferecendo formação inicial (licenciatura) para os professores de 5ª a 8ª série. Considerando o número expressivo de professores que estão nos cursos de licenciatura, estabelecemos uma parceria para o atendimento desses professores. Em cada curso há previsão de uma disciplina denominada Meio Ambiente. Pelo o acordo esta disciplina será comum nos diferentes cursos de licenciatura e a formação neste momento será desenvolvida por meio do Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola.

1.4 - PARÂMETROS EM AÇÃO - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Organizado em 12 módulos, o Programa Parâmetros em Ação- Educação Escolar Indígena, é uma proposta de formação continuada, visando ao desenvolvimento de quatro competências profissionais básicas: leitura e escrita; trabalho compartilhado; administração da própria formação e reflexão sobre a prática pedagógica. Esse Programa será implementado no exercício de 2002.

O documento básico de referência para o conjunto das atividades propostas nesse Programa é o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*, distribuído às escolas e professores indígenas de todo país. O Programa se estrutura a partir de leituras, fichamentos, discussões e sínteses desse documento.

CARACTERIZAÇÃO

O Programa incentivará, ainda, a criação e o desenvolvimento de programas de formação de professores indígenas nos sistemas estaduais de ensino, propiciando a titulação desses profissionais e o reconhecimento público do magistério indígena diferenciado.

Para o desenvolvimento do Programa foram preparados materiais que os professores poderão utilizar tanto para sua própria formação, quanto em seu trabalho em sala de aula. Foram elaborados dois kits: o kit do formador que se destina a subsidiar o trabalho dos coordenadores de grupo na execução dos módulos de atividades propostos e o kit do professor, destinado ao desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Kit do Professor Formador

Material	Especificação	Quantidade
Caderno de Apresentação	Destaca as finalidades, expectativas de aprendizagem e conteúdos trabalhados em todo o Programa.	5.000
Guia do Formador	destina-se a orientar o trabalho do formador junto aos professores indígenas.	1.500
Programas de Vídeo	15 programas de vídeo, preparados pela TV Escola, que serão exibidos, analisados e discutidos no decorrer da execução dos módulos.	1.500
Mapa das Terras Indígenas no Brasil	Apresenta a situação das terras indígenas no Brasil, evidenciando suas localizações e situações jurídicas de reconhecimento pelo Estado brasileiro.	5.000
Mapa etnográfico ilustrado do Brasil	Apresenta a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil por meio da reprodução de artefatos etnográficos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.	20.000
Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?:	Apresenta informações, listagens e tabelas que sistematizam dados sobre povos, línguas, população, terras, escolas, professores e estudantes indígenas.	5.000
As leis e a educação escolar indígena	Compilação da legislação educacional brasileira que trata do direito dos povos indígenas à educação bilíngüe e diferenciada.	5.000
Caderno de Registro	Destinado ao professor indígena para registrar suas sínteses das atividades desenvolvidas, questionamentos, propostas e conclusões.	4.500
Kit "índios no Brasil"	Composto por Programas de vídeo e três livretos com textos escritos por antropólogos	-
Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju	Traça todo o percurso dos povos indígenas brasileiros desde o período colonial até 1.940.	5.000

Kit do Professor Indígena

Material	Especificação	Quantidade
Mapa das Terras Indígenas no Brasil	Apresenta a situação das terras indígenas no Brasil, evidenciando suas localizações e situações jurídicas de reconhecimento pelo Estado brasileiro.	5.000
Mapa etnográfico ilustrado do Brasil	Apresenta a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil por meio da reprodução de artefatos etnográficos do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.	20.000
Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?:	Apresenta informações, listagens e tabelas que sistematizam dados sobre povos, línguas, população, terras, escolas, professores e estudantes indígenas.	5.000
As leis e a educação escolar indígena	Compilação da legislação educacional brasileira que trata do direito dos povos indígenas à educação bilíngüe e diferenciada.	5.000
Caderno de Registro	Destinado ao professor indígena para registrar suas sínteses das atividades desenvolvidas, questionamentos, propostas e conclusões.	4 500
Caderno de Apresentação	Destaca as finalidades, expectativas de aprendizagem e conteúdos trabalhados em todo o Programa.	5.000
Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (reimpressão)		3.000

Além do material especificado serão produzidos 5 000 folders e 500 cartazes para divulgação do Programa.

1.5 - PARÂMETROS EM AÇÃO - POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO-PNLD EM AÇÃO

Complementando a avaliação pedagógica dos livros didáticos realizadas em anos anteriores, o Ministério da Educação propôs intensificar o debate sobre a qualidade e o papel do livro didático, favorecendo aos professores o desenvolvimento de ações voltadas para a escolha consciente e o uso crítico deste recurso pedagógico. Em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, em especial as já envolvidas com o Programa Parâmetros em Ação, a SEF deu início ao programa Política do Livro Didático em Ação- PNLD em Ação por meio de:

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO LOCAL (quanto a escolha do livro didático),

REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ESCOLHA: PNLD/2002 - 5ª A 8ª SÉRIE;

ORIENTAÇÃO ÀS ESCOLAS PARA USO DO LIVRO DIDÁTICO

No período de 27 a 29 de março de 2001, realizou-se em Brasília, o Encontro Nacional sobre o PNLD em Ação, com o objetivo de apresentar às secretarias estaduais e municipais de educação as ações do programa, estabelecer as bases de parceria com as instituições envolvidas e efetuar um diagnóstico inicial da situação das cinco macrorregiões.

Foram realizadas, no primeiro semestre, oficinas para a escolha do livro didático referente ao PNLD 2002 - 5ª a 8ª série, para que os profissionais das secretarias de educação envolvidas pudessem desenvolver em suas redes ações locais para este fim.

Encontros Regionais do PNLD em Ação - 2001

Local de Realização	Estados Participantes	N.º de Professores Participantes
Goiânia	Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.	72
Fortaleza	Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Bahia, Maranhão. Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.	144
Total		216

Fonte: SEF/DPE/COMDIPE

Como desdobramento dessas oficinas regionais, vários estados e municípios realizaram, com a participação da SEF, oficinas locais voltadas para o conjunto de especialistas, professores e demais educadores envolvidos no processo de escolha.

1.6- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Os projetos educacionais dos municípios que possuem áreas remanescentes de quilombos apresentaram, como linha norteadora para o trabalho na formação dos professores, temas ligados aos Parâmetros Curriculares Nacionais tais como as questões vivenciadas nas comunidades: educação, saúde, trabalho, produção, hábitos e costumes, religiosidade, festas e crenças.

No que tange as ações educacionais financiadas pelo MEC, 13 prefeituras municipais elaboraram e encaminharam projetos de formação continuada de professores, que foram submetidos à análise documental do FNDE e à análise de mérito da SEF, com recursos estimados no valor de R.\$ 200.000,00. que beneficiarão 514 professores do Ensino Fundamental, que lecionam em aproximadamente 47 comunidades remanescentes de quilombos.

Das 13 Prefeituras Municipais que encaminharam projetos, apenas 03 não tiveram condições de se habilitar para assinar o convênio, por falta de documentos legais exigidos pela legislação orçamentária e financeira.

Segue a relação de municípios que encaminharam projetos para formação de professores:

UF	Municípios
BA	Barreiras
	Bom Jesus da Lapa
	Carinhanha
	Sítio do Mato
	Souto Soares
GO	Cavalcante
	Monte Alegre de Goiás
	Teresina de Goiás
MA	Codó
	Itapecuru-Mirim
PE	Salgueiro
RJ	Paraty
RS	Osório

Fonte: SEF/DDSE

1.7 - CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO - FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de Professores - promovido e organizado pela Secretaria de Educação Fundamental/SEF foi realizado em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no período de 15 a 19 de outubro de 2001.

O *Congresso* tratou em seus simpósios, painéis, atividades paralelas e oficinas, de uma das principais variáveis que interferem na qualidade do ensino e da aprendizagem, qual seja, a *formação continuada de professores*, buscando propiciar, aos educadores e profissionais da área, informações e conhecimentos relevantes para subsidiá-los em sua prática.

ABRANGÊNCIA

Participaram do Congresso, principalmente representantes de municípios que estão implementando, em seus sistemas de ensino as políticas de formação continuada propostas pelo MEC - "*Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado 'Parâmetros em Ação'*" e *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA.*, bem como autoridades, especialistas e representantes de Organizações Não Governamentais. O evento atingiu um público em torno de 3.000 (três mil) pessoas que participaram da seguinte programação:

Atividades Realizadas

Dias	Simpósios	Painéis	Oficinas	Total Atividades
16	11	9	11	31
17	8	14	9	31
18	16	12	12	40
19	5	1	-	6
Total	40	36	32	108

Fonte: Comissão Científica e Comissão Organizadora do Congresso

A seguir apresenta - se alguns dados quantitativos emanados do Congresso:

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR CATEGORIA

Inscritos	2.870
Presentes	2.456
Ausentes	414
Convidados(*)	444
Total Geral (Presentes+Convidados)	2900

(*)Palestrantes, Painelistas ou Relatores de Experiência, Oficineiros e Coordenadores de Mesa. Estiveram presentes 21 convidados internacionais.

Distribuição das atividades previstas e apresentadas/entregues por segmento

Segmentos	Simpósios		Painéis		Oficinas		Total	
	(n.º de papers)		(n"de relatos)		(nº de ementas)		Previstos	Entregues
	Previstos	Entregues	Previstos	Entregues	Previstos	Entregues		
Ensino Fundamental	51	37	38	21	12	7	101	71
PNLD	12	9	4	4	5	5	21	18
EJA	14	11	9	8	5	5	28	24
Educação Ambiental	17	15	9	9	6	6	32	30
Educação Indígena	17	12	50	38	4	3	71	53
Educação Infantil	5	4	10	8	–	–	15	12
Total	116	88	120	94	32	26	268	208

Fonte: SEF/DPE/COEF

2- PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DE MATERIAIS DISPONIBILIZADOS PARA AS ESCOLAS

2.1 - AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE 1ª a 4ª e 5ª a 8ª SÉRIE

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO PNLD/2002 - 5ª A 8ª SÉRIE

Ao contrário das avaliações anteriores, no PNLD 2002 foram inscritas e avaliadas coleções - e não livros isoladamente -, com o objetivo de possibilitar um trabalho pedagógico mais integrado, articulado e coerente. Ainda do ponto de vista qualitativo, verificou-se uma sensível elevação na qualidade dos livros inscritos: a ocorrência de erros graves e menor, preconceitos e propagandas já não são tão recorrentes

Pela primeira vez, a avaliação pedagógica foi realizada por universidades públicas: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), sob supervisão da SEF/MEC. Essas universidades foram responsáveis, respectivamente pela avaliação nas áreas de Língua Portuguesa (incluindo Livros de Alfabetização e Dicionários de Língua Portuguesa), Ciências, Matemática e História e Geografia. A institucionalização do processo de avaliação foi de fundamental importância tanto para o seu aprimoramento e socialização, quanto para o estímulo ao interesse da pesquisa universitária sobre o livro didático, o que, sem dúvida, incidirá sobre a formação de professores, sobre sua prática em sala de aula, e sobre o próprio desenvolvimento do processo de avaliação.

No que se refere ao aspecto quantitativo, foram avaliadas no PNLD/2002 104 coleções. Segue abaixo o quadro demonstrativo dos resultados da avaliação.

Avaliação de Livros Didáticos de 5ª a 8ª Séries

Menção	coleções Inscritas	Classificação PNLD2002			
		RD	REC	RR	EX
Língua Portuguesa	36	0	9	13	14
Matemática	17	3	5	5	4
Ciências	18	0	0	6	12
História	20	1	1	15	3
Geografia	13	0	3	4	6
Total	104	4	18	43	39

MONSTRATIVO PNLD/2002

RD - Recomendado com Distinção

REC - Recomendado

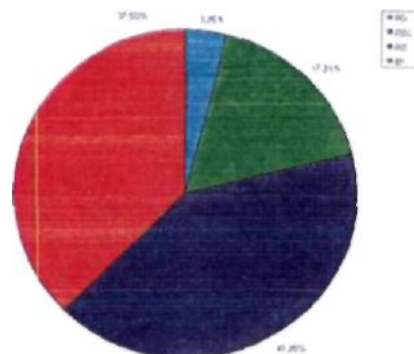
RR - Recomendado com Ressalva

Ex - Excluído

QUADRO DEMONSTRATIVO

PNLD/2002

Coleções Avaliadas	Recomendadas			Excluídas	
	RD	REC	RR	EX	%
104	4	18	43	39	37,50%



Fonte: SEF/DPE/COMDIPE

RD - Recomendado com Distinção

REC - Recomendado RR -

Recomendado com Ressalvas Ex -

Excluído

ACÇÕES COMPLEMENTARES COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO:

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO DOCUMENTO:

" Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos "

O objetivo do documento é difundir junto à comunidade educacional o resultado da análise realizada pela SEF, sobre o desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático e o conjunto de conclusões e recomendações com vistas ao aprimoramento das políticas públicas do livro didático no país.

Foram distribuídos, no decorrer do primeiro semestre de 2001, cinco mil (5 000) exemplares dessa publicação, aos profissionais que participaram, direta ou indiretamente das discussões que precederam a sua elaboração, bem como a interessados na questão do livro didático.

MONTAGEM DE BANCO DE DADOS DO PNLD DE 1995 A 2002

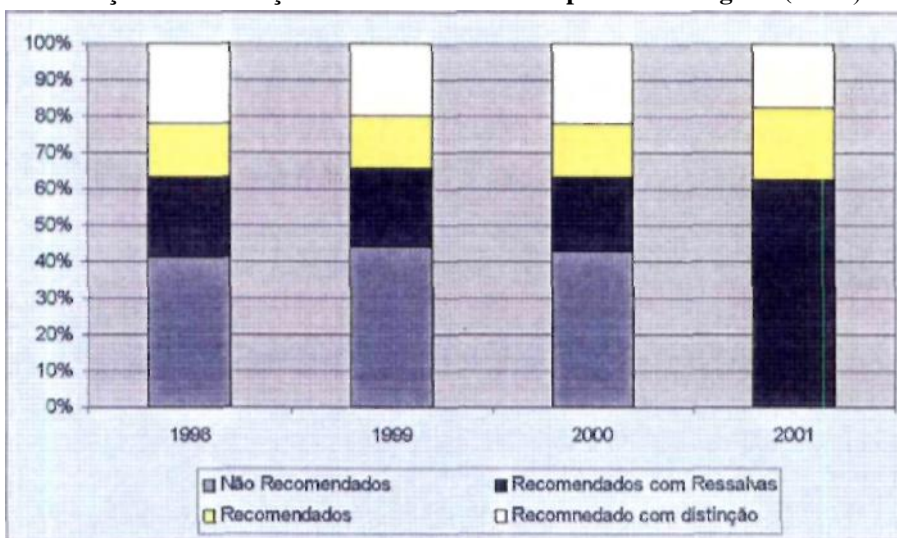
Trata-se de um documento que descreve o resultado das avaliações realizadas e das escolhas dos professores, na série histórica do PNLD (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002), analisando os avanços e problemas detectados no decorrer desses processos. Esse documento tem por objetivo fornecer subsídios para uma melhor compreensão do programa e para possíveis reordenamentos de ordem política e de gestão.

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA:

"Os professores e a escolha dos livros didáticos "

O objetivo dessa investigação é descrever os padrões das escolhas docentes de livros didáticos de 1ª a 4ª série, no quadro do PNLD, assim como os principais fatores que condicionam essas escolhas. Durante o ano de 2001, as Universidades Federais de Minas Gerais e de Pernambuco (UFMG e UFPE), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) elaboraram, após reuniões com a SEF, o projeto de pesquisa sobre a escolha do livro didático. A partir daí foram realizados estudos de caso de natureza exploratória, consolidação dos dados e análise, cujos resultados serão divulgados no decorrer do ano de 2002. Pode-se verificar, pelo gráfico abaixo, os padrões das escolhas, ao longo do período de 1998 a 2001:

Distribuição das solicitações de livros de 1ª a 4ª série por ano e categoria (em %)



Fonte: MEC/SEF/DPE/COMDIPE

Observa-se um predomínio de solicitações de obras que receberam a menção mais baixa nas avaliações de 1998 e 2001; uma estabilidade das solicitações de obras mais bem conceituadas, se agrupam nas categorias *Recomendadas com Distinção* e *Recomendadas* uma diminuição das solicitações de obras que receberam a menção *Recomendados com Distinção* e um aumento da solicitação de obras *Recomendadas*. Além desse objetivo de ordem eminentemente pedagógica de descrever o movimento das escolhas dos professores, é também meta desse estudo oferecer subsídios para o planejamento e a execução da avaliação do PNLD/2004 e de ações de formação docente, por meio do Programa PNLD em Ação.

PROJETO DE LEI SOBRE O LIVRO ESCOLAR

Um dos maiores desafios do PNLD é consolidar como uma política de Estado a prática da avaliação dos livros, que constitui uma incontestável conquista no campo da qualidade da educação. Para isso, nesse ano de 2001, a SEF juntamente com o FNDE elaborou e encaminhou à Assessoria Parlamentar do MEC, para gestão junto ao Congresso Nacional, o projeto, ora em tramitação, que estabelece as novas bases da política do livro escolar.

2.2 BIBLIOTECAS ESCOLARES

Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE-2001

O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE - tem por objetivo distribuir obras de literatura, de referência, livros infanto-juvenis, periódicos e demais obras de apoio à formação do professor. Os recursos para a produção e aquisição dessas obras são disponibilizados pelo FNDE, cabendo à SEF a avaliação e seleção do material apresentado pelas editoras. Para a avaliação das obras que compuseram o acervo do PNBE 2001, coube também à SEF indicar os integrantes da Comissão Técnica, instituída pela Portaria nº 1958, orientar os trabalhos de elaboração do edital, dos critérios e da ficha de avaliação e supervisionar as atividades de seleção e avaliação das obras, incluindo a divulgação do resultado final.

Para tanto, foi instituído um Colegiado, formado por representantes das secretarias de educação estaduais e municipais, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação/CONSED e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME que, sob a coordenação da Comissão Técnica, avaliou e selecionou, no período de 20 a 23 de novembro de 2001, em São Paulo, as coleções que serão distribuídas a cada um dos alunos matriculados nas 4ª e 5ª séries do ensino fundamental e às suas escolas uma coleção composta por cinco volumes (poesia, conto, novela, obra clássica da literatura universal e teatro ou texto de tradição popular). Essa iniciativa chega a beneficiar a quase totalidade do universo de escolas do ensino fundamental, rompendo com a prática historicamente adotada de se fazer o atendimento por faixa de matrícula, o que tradicionalmente atendia as escolas com um número maior de alunos, em sua maior parte urbanas. As escolas da zona rural, que correspondem a mais de 60% do universo, até então situavam-se à margem do atendimento do Programa, tornando ainda mais restritas as possibilidades de inserção dos alunos dessas escolas no mundo da escrita. Além disso, o fato de os alunos receberem para si um conjunto de obras, estendendo seu uso para o ambiente familiar e comunitário, amplia o espaço de sociabilidade em torno do livro. O impacto sociocultural de tal ação é de grande relevância por contribuir para a diminuição das desigualdades de oportunidades de acesso a esse bem.

2.3 - PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais

O Programa tem por objetivo principal, capacitar os técnicos das Secretarias Estaduais de Educação para que os mesmos contribuam na gestão de um modelo próprio de escola, que atenda as demandas de escolarização dos povos indígenas, valorize seus saberes e as línguas e lhes forneça elementos para um melhor convívio com os demais segmentos da sociedade brasileira lutando pelo respeito e pela valorização da diversidade cultural.

Este programa vem sendo desenvolvido nos estados, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação interessadas em propiciar uma qualificação profissional para seus técnicos que trabalham com a educação escolar indígena. O Programa de Capacitação é de 80 horas, distribuídas em dois módulos de 40 horas cada.

Para tanto, vários materiais foram utilizados, conforme Quadro que segue:

Materiais	Qtd. enviada
Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas	232
Temática Indígena na Escola	232
Caderno de textos do módulo I	1054
Anexo do Caderno de Textos do módulo I	664
Caderno de textos do módulo II	220
Livro "índios" de autoria da Prof Aracy Lopes	1054
"Kits " índios no Brasil	1054

Cronograma de atividades do Programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais realizadas em 2001:

Cidade/Estado	Nº de CAPACITADOS
Porto Velho/RO	45
Rio Branco/ AC	25
Cuiabá/MT	80
Recife/PE	50
João Pessoa/PB	30
Balneário Camboriu/SC	40
Salvador/BA-SE	40
São Luís/MA	25
Manaus/AM	72
Macapá/AP	40
Goiânia/GO	15
Palmas/TO	15
Angra dos Reis/RJ	40
Bejamim Constant/AM	30
Campo Grande/MS	80
Belém/PA	31
São Gabriel da Cachoeira/AM	35
Vitória/ES	45
Fortaleza/CE	40
Eirunepé/AM	15
Boa Vista/RR	31
TOTAL	824

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

No final do ano de 2000, foram aprovados, após análise quanto ao mérito, projetos para capacitação de recursos humanos, com execução para o ano 2001. Esses projetos receberam da SEF/MEC, apoio técnico e financeiro para sua execução, conforme quadro a seguir:

Projetos de Capacitação Financiados pelo MEC e em parceria com as ONGs, Universidades e Organizações Indígenas

Cursos	Estado	Proponente	Prof.capacitados
Projeto de Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu para o Magistério 12 ^a e 13 ^a etapas	MT	ISA - Instituto Socioambiental	55
Capacitação do Professores indígenas do Médio Solimões	AM	UNI-TEFÉ - União das Nações Indígenas de Tefé	45
Capacitação Continuada de Professores Kaiowá/Guarani em Exercício nas Escolas Localizadas nas Arcas Indígenas	MS	UCDB - Universidade Católica Dom Bosco	80
Curso de Capacitação de Professores Ticuna	AM	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües - OGPTB	225
Curso de Capacitação de Professores Ticuna	AM	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües-OGPTB	220
Curso de Capacitação Teórico Prático para a Pesquisa, Resgate e Elaboração de Materiais Didáticos sobre o Patrimônio Cultural Kaingang	SC	UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina	68
XI Curso de Formação de Professores Timbira	MA	CTI - Centro de trabalho Indigenista	55
Projeto de Formação de Professores Mebengôkre e Panará	MT	Associação IPREN-RE de Defesa do Povo Mebengôkre	36
XVIII Curso de Formação de Professores Waiãpi	AP	CTI - Centro de Trabalho Indigenista	10
Curso de Formação dos Professores Indígenas do Estado do Tocantins	TO	Secretaria de Educação do Estado de Tocantins	121
Educação Ambiental e a Terra dos Terena	MS	CTI - Centro de Trabalho Indigenista	46
Oficina Pedagógica do Projeto Formação continuada de Professores Guarani Nhandeva nas Comunidades de Ocoy (Município de São Miguel do Iguaçu/PR) e Tekoa Anetete (Município de Diamante do Oeste)	PR	UNIPAR - Universidade Paraense	08
Curso: Teoria e prática em alfabetização - II/Formação Continuada de Professores Kaingang em Inhacorá e Votouro - Etapa 2001	RS	ALB	20
Programa de Educação Wajãpi - XX Curso de Formação de Professores	AP	CTI - Centro de Trabalho Indigenista	10
Projeto de Formação para Professores Indígenas e não -Indígenas nas Reservas Indígenas da Região de Londrina e de Guarapuava	PR	APEART- Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário	60
Projeto Maruai	RR	OPIR - Organização do Professores Indígenas de Roraima	40
TOTAL			1099

2.4 - PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Programa Recomeço - Supletivo de Qualidade

Programa implantado pelo MEC em 2001, caracteriza-se como uma política de ampliação da oferta em Educação de Jovens e Adultos, nos estados e municípios mais pobres do país. Busca contribuir para o enfrentamento do analfabetismo e da baixa escolaridade nos bolsões de pobreza, que concentram a maior parte da população que não teve acesso ou que foi excluída da escola, antes de completar as oito séries correspondentes ao Ensino Fundamental.

O Programa consiste em apoio financeiro aos governos estaduais e municipais, de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), por aluno registrado no Censo Escolar do ano anterior, em cursos presenciais com avaliação no processo.

Para o exercício de 2001, foram orçados 187,7 milhões de reais para atender os municípios e os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, contemplados no Projeto Alvorada, em função de um índice de Desenvolvimento Humano - IDH igual ou inferior a 0,500. O Programa atende também em outros nove estados, 390 municípios situados em microrregiões baseadas no mesmo IDH, o qual foi estabelecido pelas Nações Unidas, tendo como base três critérios para avaliar o desenvolvimento dos povos: expectativa de vida, renda per capita e escolaridade da população.

A parceria entre o Ministério da Educação e os Governos Estaduais e Municipais visa oferecer oportunidade educacional aos poucos ou não escolarizados, assegurar a continuidade dos estudos dos egressos do Programa Alfabetização Solidária e institucionalizar a Educação de Jovens e Adultos como política pública no sistema de ensino, assegurando o direito a um ensino de qualidade, reduzindo a evasão escolar e resgatando a dívida social com uma parcela significativa da população, na faixa etária de 15 anos ou mais.

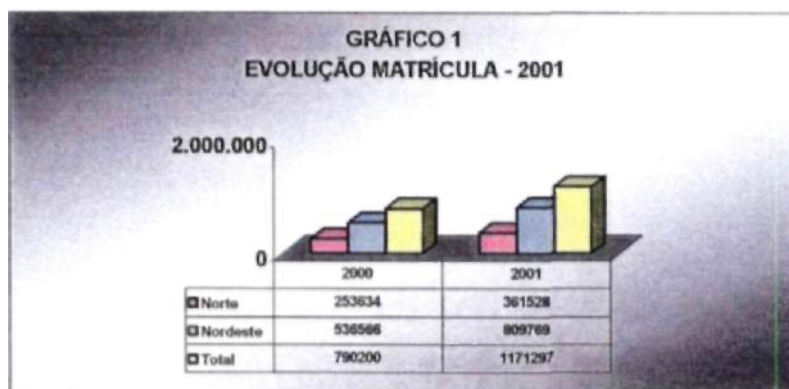
IMPACTO DO PROGRAMA NA OFERTA DE VAGAS

Conforme dados preliminares do Censo Escolar de 2001, realizado pelo INEP, houve um crescimento na matrícula de Educação de Jovens e Adultos de 37,4% em todo o país. Entretanto, é no Norte e Nordeste, regiões de abrangência do Programa Recomeço, que se verifica o crescimento de 50% e 58% respectivamente. Além do crescimento da matrícula observa-se a considerável ampliação do atendimento pelas redes municipais, como pode se verificar nos quadros abaixo.

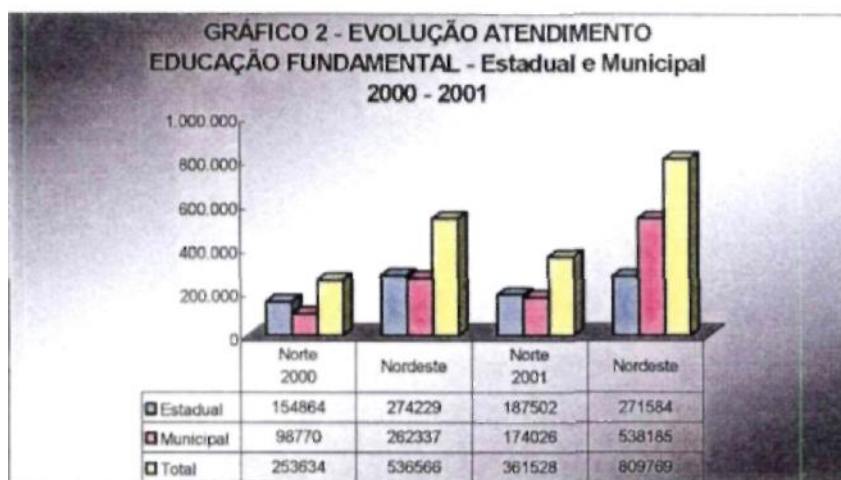
EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO SINO FUNDAMENTAL 1ª a 8ª SÉRIE A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA RECOMEÇO - SUPLETIVO DE QUALIDADE

		2000			2001			Total
		Estadual	Municipal	Total	Estadual	Municipal	Total	
Norte	154.864	98.770	253.634	187.502	174.026	361.528		
AC	16.658	2.953	19611	31.248	11.647	42.895		
PA	102.745	84.197	186.942	98.684	134.409	233.093		
RO	28.970	6.062	35.032	20.559	9.886	30.445		
RR	6.164	551	6.715	13.824	2.494	16.318		
TO	327	5.007	5.334	23.187	15.590	38.777		
Nordeste	274.229	262.337	536.566	271.584	538.185	809.769		
AL	17.473	17.111	34.584	29.752	48.105	77.857		
BA	160	2.487	2.647	83	10.097	10.180		
CE	42.510	78.824	121.334	24.918	123.943	148.861		
MA	33.254	38.522	71.776	31.176	85.808	116.984		
PB	31.308	11.550	42.858	28.051	33.930	61.981		
PE	57.988	72.169	130.157	59.014	111.820	170.834		
PI	19.572	7.116	26.688	22.953	56.129	79.082		
RN	49.316	22.112	71.428	52.948	48.736	101.684		
SE	22.648	12.446	35.094	22.689	19.617	42.306		
Total	429.093	361.107	790.200	459.086	712.211	1.171.297		

MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001



Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001



Fonte: MEC/INEP/SEEC - Censo Escolar 2001

Essa resposta positiva dada pelos sistemas de ensino municipal, em pouco tempo - de outubro de 2000 a março de 2001 - cinco meses antes do Censo Escolar de 2001 - permite constatar a disposição dos municípios tanto em implantar como em ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos em suas redes.

Historicamente, a oferta em EJA foi assumida principalmente pelas redes estaduais. Porém, esta oferta não é suficiente para atender toda demanda. A legislação que embasa esta área - Constituição Federal de 1988, LDBEN 93/94. Diretrizes Curriculares Nacionais - explicitam a responsabilidade das instâncias governamentais. A EJA, como modalidade da Educação Fundamental, c de responsabilidade prioritária dos municípios.

Com a implantação do Recomeço, o Governo Federal, por intermédio do MEC, fortaleceu a parceria com os governos municipais e estaduais e estimulou municípios localizados nos bolsões de pobreza do país, onde encontram-se os maiores índices de analfabetismo, a assumirem esta modalidade de ensino no conjunto de suas políticas.

Embora o crescimento das matrículas nos cursos de Educação de Jovens e Adultos nos sistemas municipais de educação seja um fator positivo, há dois grandes problemas a serem enfrentados:

- . a precariedade da formação inicial dos professores: existe um elevado número de professores leigos, principalmente nas zonas rurais que concentram um maior número de analfabetos.
- . o baixo investimento das Universidades na produção de material didático e oferta de cursos de formação.

Visando a superação desses problemas, além do apoio financeiro, o MEC oferece apoio técnico por meio de ações de desenvolvimento profissional continuado dos professores, articulado a outros programas da SEF, visando não só a expansão do atendimento, como a qualidade da oferta.

2.5 - PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Este Programa visa subsidiar a organização político-pedagógica-administrativa das redes de ensino bem como garantir a articulação das ações no âmbito da Educação Infantil com outras instâncias governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuam junto a criança de 0 a 6 anos de idade, tendo em vista a não fragmentação e racionalização das ações.

Seu desenvolvimento vem se dando em duas vertentes: pedagógica e política.

A vertente pedagógica inclui, além da atuação na formação de professores por meio do Programa Parâmetros em Ação, orientações sobre planejamento, avaliação e demais conteúdos tratados dentro e fora do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)..

A vertente política diz respeito às ações que visam orientar os municípios no cumprimento da legislação em relação a organização dos sistemas de ensino e dos Conselhos Municipais de Educação, propostas pedagógicas, programas de formação de professores leigos que atuam na Educação Infantil, passagem das creches da assistência para a educação e financiamento da Educação Infantil.

Além dessas ações a SEF participa de articulações com outras instituições. A mais efetiva e sistemática ocorre com o Comitê da Primeira Infância, criado em 27 de Dezembro de 2000, por meio de decreto presidencial. Este Comitê reúne órgãos governamentais, não governamentais e organismos internacionais diversos visando fortalecimento, dinamização, ampliação e melhoria da qualidade da educação infantil no mundo (vide quadro abaixo).

Mês	UF	Local	Evento	Promotor	Participantes
Mar	PR	Maringá	Reunião com Secretários sobre incorporação das creches aos sistemas de Ensino	Secretaria Municipal de Educação	Secretários Municipais de Educação
Mai	DF	Brasília	1º Seminário para construção da rede ibero-americana de Informações e comunicação em torno da Temática de Educação Infantil	Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI	Representantes das áreas de Educação inicial dos países ibero-americanos
Mar	PR	Maringá	Reunião com Secretários sobre incorporação das creches aos sistemas de ensino	Escola de Aplicação da UEM	Secretários Municipais de Educação e Coordenadores de Educação Infantil
Abr	DF	Brasília	Reunião Plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	CONANDA/ Ministério da Justiça	Membros do CONANDA, Gerência de 0 a 6 do MPAS e MEC/SEF/COEDI
Abr	DF	Brasília	8º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação	UNDIME	Secretários Municipais de Educação
Mio	DF	Brasília	1º Seminário para a Constituição da Rede Ibero-americana de Informação e Comunicação sobre Educação Infantil	OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos	Responsáveis pela Educação infantil dos Ministérios de Educação dos países Ibero-americanos
Jun	DF	Brasília	Audiência Pública na Comissão de Educação da Câmara Legislativa Federal sobre Educação Infantil	Câmara Legislativa Federal	Deputados Federais
Ago	DF	Brasília	Reunião Técnica com a Missão sobre Primeira Infância da UNESCO/Paris	UNESCO	UNESCO, OECD, USAID, UNICEF, MEC, MPAS, MS, CONSED, UNDIME, OMEP, F. Orsa, ANDI, Pastoral da Criança,
Out	CE	Maracanaú	XI Encontro Nacional da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	Prefeitos, secretários e conselheiros municipais de Educação e lideranças nacionais
Nov	Espanha	Madrid/Valência	Programa de Cooperação Educativa com os países Ibero-americanos	Ministério da Educação da Espanha e OEI	Responsáveis pela Educação Infantil nos países ibero-americanos

Fonte: SEF/DPE/COEDI

3 - PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E PARADIDÁTICO

3.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

REVISTA CRIANÇA

A Revista Criança teve sua primeira edição em maio/junho de 1982, com o objetivo de incentivar a produção e divulgação de conhecimentos e experiências, oferecendo suporte teórico e apoiando a prática pedagógica do profissional de Educação Infantil.

Distribuição no período de 1995 a 2001

Ano	Edição	Nº de exemplares distribuídos
1995	28	95.000
1996	29	120.000
1997	30	130.000
1998	31	130.000
1999	32	120.000
2000	33	150.000
2001	34	150.000
Total		895.000

Fonte: MEC/SEF

No primeiro semestre do ano em curso foi publicada a Revista nº 34, com uma tiragem de 150.000 exemplares distribuídos aos professores, Secretarias de Educação, universidades e outras instituições ligadas à educação infantil.

A Revista Criança nº 35 encontra-se em fase de edição e será distribuída no início do exercício de 2002.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que tem como público alvo os professores desse segmento, editado em 1998, é um subsídio para o debate e a reflexão sobre a educação infantil, de forma a contribuir para a elaboração de políticas públicas, a melhoria da formação do professor e a realização de práticas pedagógicas na área. Compõe-se de 3 volumes e está organizado em torno de dois âmbitos de experiência da criança: Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo.

Com a expansão do Programa Parâmetros em Ação, o MEC precisou reproduzir uma tiragem complementar de 20.000 títulos desse material.

3.2 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Implementado em âmbito nacional, o *Programa de Aceleração da Aprendizagem* consiste em apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no sentido de oferecer aos alunos de 1ª a 4ª série que se encontram defasados em relação a idade regular de matrícula, a oportunidade de retomar, com sucesso, seus estudos.

Assim, a SEF, ao orientar os sistemas de ensino na elaboração de seus Programas de Trabalho Anuais -PTA, objetivando o apoio financeiro do MEC, via FNDE, inclui a Aceleração da Aprendizagem como ação para obtenção do citado apoio, o qual envolve a capacitação de professores para atuar nas classes específicas e a reprodução do material didático.

Durante o ano de 2001, foi atendida a solicitação para aquisição do CD-ROM, composto de material didático próprio ao Programa de Aceleração da Aprendizagem:

DISTRIBUIÇÃO PO MATERIAL/ACELERAÇÃO - 2001

PÚBLICO DIFERENCIADO	Nº DE CONJUNTOS DE CD-ROM
ESCOLAS ESTADUAIS	1
PREFEITURAS	11
SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO (ESTADUAIS E MUNICIPAIS)	18
SETORES DO MEC	8
PESSOAS FÍSICAS	11
UNIVERSIDADES FEDERAIS	10
UNIVERSIDADES PRIVADAS	7
ESCOLAS DO DF	2
PARLAMENTARES	1
FUNAI	2
TOTAL	71

Fonte: SEF/DPE/COEF

OUTROS MATERIAIS - DIDÁTICOS E PARADIDÁTICOS - Ensino Fundamental

Com a preocupação de continuar disponibilizando aos sistemas de ensino "material didático e paradidático" de qualidade, a SEF, no ano de 2001 distribuiu para um público diversificado do Ensino Fundamental, documentos dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* para o *Ensino Fundamental*, o *Referencial para Formação de Professôres*, o conjunto de fitas de *video*, que integram o Programa Parâmetros em Ação, bem como o conjunto de materiais referentes ao tema *Ética e Cidadania*, totalizando quase 18.000 unidades.

DISTRIBUIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS/ 2001

Público diferenciado	PCN de 1ª a 4ª	PCN de 5ª a 8ª	Referencial para formação	Kit de fitas do PCN em Ação	Ética e Cidadania	Total Geral
Sec. Municipal	404	543	979	21		1947
Set. do MEC	47	25	83	24	10	189
Pessoas Físicas	1969	2471	250	113	100	4903
Univ. Federais	25	100	31	2		158
Esc. Municipais	70	4	115	15		204
Esc. Estaduais	42	161		1	100	304
Prefeituras	128	361	1	4	1	495
Secr. Estadual	200	2048	169	3	100	2520
Univ. Privadas		5		4		9
Escolas do DF				4	2	6
Parlamentares				3		3
Coord. do PCN	1429	4240	291	1	5	5966
Sec. Educ. DF	50	1000	160		34	1244
Total Geral	4364	10958	2079	195	352	17948

Fonte: SEF/DPE/COEF

3.3 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A SEF vem disponibilizando material didático e paradidático adequados a essa modalidade de ensino às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Estes mesmos materiais são distribuídos aos Coordenadores Gerais e de Grupos integrantes do Programa Parâmetros em Ação em EJA, como subsídio ao trabalho que desenvolvem na formação de professores.

Os quadros abaixo apresentam quantitativo de exemplares distribuídos no ano de 2001.

Distribuição no âmbito dos Parâmetros em Ação

Materiais	Programa de Formação Continuada
Proposta Curricular	4173
Viver, Aprender - 1	4103
Viver, Aprender - 2	2029
Viver, Aprender - 3	2026
Viver, Aprender - 4	1999
PCN em Ação/EJA	4115
PCN Alfabetização	3679
PCN 5ª A 8ª	105
Salto para o Futuro	1832
Referenciais para Formação de Professores	1691

Fonte: COEJA/SEF/MEC

Atendimento a demanda dos Sistemas de Ensino

Materiais Solicitados	Sistemas de Ensino
Proposta Curricular	996
Viver, Aprender - 1	907
Viver, Aprender - 2	874
Viver, Aprender - 3	879
Viver, Aprender - 4	317
PCN em Ação/EJA	250
KIT/EJA	193
Por Uma Educação não Discriminatória de Jovens e Adultos	109
Salto para o Futuro	758

Fonte: SEF/DPE/COEJA

REPRODUÇÃO MATERIAIS DIDÁTICOS

No exercício de 2001, com a finalidade de atender solicitações dos sistemas de ensino, foi autorizada reprodução dos documentos:

VIVER, APRENDER -1				VIVER, APRENDER - 2			VIVER, APRENDER-3			VIVER, APRENDER-4	
Guia Educador	Módulo 1e2	Módulo 3e4	Módulo 5 e 6	Guia Educador	Módulo 1 e 2	Módulo 3 e 4	Guia Educador	Módulo 1 e 2	Módulo 3e4	Guia Educador	Módulo 1e2
1720	1900	1650	2140	1550	1590	1600	3000	3000	3000	1340	1340
				3000	3000	3000				3000	1300
1212	24240	24240	24240	1212	24240	24240	808	12120	12120	808	12120
							3000	3000	3000		
2932	26140	25890	26380	5762	28830	28840	6808	18120	18120	5148	14760

Fonte: SEF/DPE/COEJA

Proposta Curricular	Folder: Recomeço - Supletivo de Qualidade	Cartazes: Recomeço - Supletivo de Qualidade	Livro Explicativo: Recomeço
5000	10.000	10.000	5.000

Fonte: SEF/DPE/COEJA

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR PARA O 2º SEGMENTO DE EJA - 5ª A 8ª SÉRIE.

A Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos - 2º Segmento, em processo de elaboração, contém as orientações específicas para o tratamento curricular focalizando em especial a seleção e organização de conteúdos e as orientações didáticas que deverão atender às especificidade do público em questão.

Para tanto, foi formada uma equipe de especialistas das diversas áreas do conhecimento e de EJA visando a elaboração dessa Proposta.

Uma primeira versão passou por análise de pareceristas e especialistas nas áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e foi objeto de discussão em seminário em São Paulo e no estado do Mato Grosso do Sul. A 2ª Versão foi encaminhada para análise e parecer às secretarias de educação estaduais e municipais das capitais, universidades e instituições não governamentais ligadas à EJA.

SALTO PARA O FUTURO

Com o objetivo de fortalecer a ação das equipes pedagógicas de EJA das Secretarias Estaduais e Municipais, a TV Escola veiculou, no programa Salto para o Futuro, a série Educação de Jovens e Adultos: "Novas Perspectivas", de 10 a 15 de setembro de 2001. Foram cinco temas cuidadosamente abordados durante a semana: 1. As Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e o projeto pedagógico

2. O processo de aprendizagem de Jovens e Adultos;
3. O que levar em conta para que a aprendizagem ocorra;
4. Contextos de letramento na alfabetização de Jovens e Adultos;
5. O que levar para a sala de aula para ler e escrever Língua Portuguesa.

Esses temas foram selecionados para subsidiar a discussão sobre alguns conteúdos essenciais para a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, além de contribuir para a reflexão sobre o contexto atual no qual insere a Educação de Jovens e Adultos, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, para essa modalidade de ensino.

3.4 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, uma escola indígena deve ser diferenciada, bilingüe, intercultural e específica. Para cumprir tais princípios, a SEF tem apoiado linhas de publicações e materiais didáticos e estimulado o desenvolvimento profissional continuado de professores indígenas para a produção desses materiais.

Durante o ano de 2001 foram publicados livros e cartilhas de educação indígena, conforme o quadro abaixo:

Nome da Obra	Quantidade de Exemplares	Povos Indígenas Beneficiados
Os Tupinikin e Guarani na luta pela Terra	1 300	Tupinikin e Guarani
Hinkaklu - MTA - Mitos Manchineri	1.500	Manchineri
Hama Ayomatero - Matemática Asdhaninka (foram xerocados no MEC)	305	Ashaninka
Cada Dia Uma História (em fase de revisão final na gráfica)	2.000	Pataxó
Mariya Dita Maiada Hira Inanunuse Masire - Nossa Terra Conhecimento para o Manejo (em fase de revisão final na gráfica)	1.500	Tuyuka
Uma História Kaingang Trabalho a muitas Mãos	1.000	Kaingang

Fonte: SEF/DPE/CGAEI

Divulgação da Temática Indígena para a Sociedade

Seleção e publicação de material sobre o tema e apoio à produção de vídeos, totalizando aproximadamente 10.000 Kits, dos quais 2.000 já foram distribuídos e os demais serão distribuídos em 2002 aos estabelecimentos de ensino de municípios que tenham terras indígenas e no âmbito do programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. A Secretaria de Educação Fundamental lançou, juntamente com a Secretaria de Educação a Distância, o Kit "índios do Brasil" composto de 10 Programas de vídeo e de publicações sobre a temática indígena.

Diretrizes para a Implantação de Programas de Capacitação de Professores Indígenas nos Sistemas Estaduais de Ensino

Este documento encontra-se em fase de análise, avaliação e discussão conclusiva para que seja enviado à gráfica para publicação. Tem por objetivo central traçar diretrizes que possam nortear a implantação de programas de formação inicial e continuada de modo a cumprir o que preconiza a Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação quanto a responsabilidade desses sistemas na formação dos professores indígenas atendendo assim, as demandas das comunidades indígenas e as exigências legais de titulação do professorado em atuação nas escolas indígenas. Ele foi pensado como um subsídio complementar ao documento "Referenciais para Formação de Professores" (MEC, 1998) e ao "Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas" (MEC, 1998).

3.5 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os materiais didáticos e paradidáticos foram elaborados e distribuídos, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento do tema meio ambiente pelos professores do ensino fundamental, com a finalidade de facilitar a pesquisa e a discussão mais abrangente sobre o tema.

Materiais distribuídos no exercício de 2001

Material	Quantidade Distribuída	Público Alvo
Livro " Textos para Série Ambiental do programa salto para o Futuro	329	SEMEDs c professores- distribuído em eventos
Fitas de Video das Teleconferências realizadas sobre Educação Ambiental em 1998/1999	95	Professores, escolas, alunos - para pesquisa
Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente -SEF /CBEC	100	SEMEDs c professores- distribuído em eventos
Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental	100	SEMEDs e professores- distribuído em eventos
Caderno de Apresentação "Implantação da Educação Ambiental no Brasil"	1974	Professores, escolas, alunos, instituições governamentais e ONGs
Folder- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola	1687	Professores, escolas, alunos, instituições governamentais c ONGs
CD Musical- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.	1717	SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram
Guia do Formador- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.	191	SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram
Kit do Formador- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.	68	Representantes da Educação Ambiental nas SEDUCS e SEMEDs
Kit do Professor- Parâmetros em Ação Meio Ambiente na Escola.	68	Representantes da Educação Ambiental nas SEDUCS e SEMEDs
Fita da Teleconferência " Parâmetros em Ação de Meio Ambiente"	17	SEDUCS, SEMEDs e demais escolas que solicitaram
PNEA comentada (xerox)	70	SEDUCS, SEMEDs de Capitais e formadores
Lei n.º 9795 " Política Nacional de Educação Ambiental"	400 cópias xerox	Professores, escolas, instituições governamentais e não -governamentais c alunos.

Obs. Os materiais são distribuídos diretamente pela SEF, quando solicitados e nos eventos realizados durante o ano de 2001.

3.6 - ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBO

CANTINHOS DE LEITURA

No decorrer de 2001, a SEF, juntamente com o FNDE, possibilitou aos municípios que possuem áreas de remanescentes de quilombos-Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, que fossem contemplado, neste exercício, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, em caráter excepcional, com um Kit de material didático e dois acervos contendo, cada um, 110 livros de literatura infantil e juvenil, com destinação exclusiva para as escolas da área Kalunga no estado de Goiás.

Este material destina-se aos *cantinhos de leitura* nas salas de aula, contribuindo para o enriquecimento do trabalho de 34 professores e estimulando o hábito da leitura em aproximadamente 550 alunos.

PROJETO "VIDA E HISTÓRIA DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL,"

O projeto busca proporcionar aos professores e alunos do Ensino Fundamental a oportunidade de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, visando criar canais de acesso à história política e cultural dos quilombos e promover o fortalecimento da construção da sua auto-imagem. No âmbito desse projeto, a SEF, no exercício de 2001 realizou as seguintes ações :

EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DO LIVRO - "UMA HISTÓRIA DO POVO KALUNGA "

No ano de 2001, foi concluída a elaboração e impresso 08 mil exemplares do Livro "*Uma História Do Povo Kalunga*" que serão distribuídos tanto às crianças Kalunga quanto às não-Kalunga .

A publicação, descreve de forma atraente, a história sobre a saga de um povo que, em seu relativo isolamento, conseguiu construir para si uma identidade e uma cultura próprias, que guardam elementos, tanto do enfoque africano de sua origem, quanto de uma cultura européia arcaica, com forte apelo de um catolicismo tradicional, ainda conservado no meio rural e será utilizado, como livro texto nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental, acompanhado de um caderno de atividades para o aluno e um caderno de atividades com encarte para o professor.

Elaboração e divulgação de Folder sobre o Livro:
"Uma História Do Povo Kalunga"

O folder apresenta o livro "Uma História do Povo Kalunga", destinado a fortalecer a construção da auto-imagem dos quilombolas Kalunga por meio da reapropriação de sua história, dentre outros aspectos.

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS - "UMA HISTÓRIA DO POVO KALUNGA "

A Exposição de Fotografias "*Uma História do Povo Kalunga* ", realizada em outubro/2001 fez parte do Projeto Vida e História das Comunidades de Remanescentes de Quilombos no Brasil..

A Exposição utilizou o material fotográfico obtido na pesquisa de campo realizada na Comunidade Kalunga, que teve como objetivo subsidiar a elaboração de material didático específico para aquela comunidade.

4 -PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

4.1 - PRÊMIO QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2001

Instituído pelo MEC em 1999, em parceria com a Fundação Orsa e a UNDIME, o Prêmio Qualidade na Educação Infantil tem como objetivos valorizar o professor como agente principal do processo de melhoria da qualidade da educação infantil, identificar práticas exitosas e difundir experiências pedagógicas relevantes .

O Prêmio teve início em 2000, abrangendo apenas os professores da rede municipal. Sua repercussão fez com que o MEC e seus parceiros o estendesse, este ano, também, para os professores da rede estadual de ensino.

O número de inscrições neste exercício de 2001, chegou a 1.388 trabalhos, provenientes de todas as Unidades da Federação, dentre os quais foram selecionados, na etapa final, 27 trabalhos.

A solenidade de premiação teve lugar na sede do MEC , no dia 22 de novembro de 2001 .A cada um dos 27 professores selecionados, foi conferido um prêmio no valor de R\$3.000,00, diploma de participação e um kit contendo material pedagógico e aos 27 Secretários de Educação, uma estatueta.

A Secretaria de Educação, onde foi desenvolvida a melhor experiência, foi contemplada com uma Kombi contendo materiais pedagógicos, brinquedos, livros, instrumentos musicais, discos, TV, vídeo e computador.

A melhoria na qualidade dos trabalhos apresentados entre os dois anos do Prêmio, tem demonstrado, não só eficiência no alcance dos objetivos, como a efetividade no estabelecimento de parcerias.

O quadro abaixo apresenta a lista dos professores e respectivos trabalhos selecionados para a premiação deste ano:

UF	MUNICÍPIO	PROJETO	NOME DA PROFESSORA
SC	Luzerna - 1º Lugar	Genealogia: Descobrimo Nossas Raízes	Márcia Maria Graef
AC	Rio Branco	Conhecendo Nossa Floresta	Maria do Socorro Batista Lopes
AL	Maceió	Projeto Dentes	Joceli de Lima Alves Nascimento
AM	São Gabriel da Cachoeira	Filosofia para Crianças e Jogos Sócio-Afetivos: Uma Educação para a Cidadania	Cláudia Barbosa Garrido
AP	Macapá	Feira da Fruta	Helaine Monteiro da Silva
BA	Alagoinhas	Descobrimo os Sentidos	Simone Silva Santos Alves
CE	Croata	Não é Preciso fazer uma Obra Prima. O Importante é Aprender Enquanto Pinta e Brinca	Maria Osvaldina Bezerra Melo
DF	Brasília	Projeto de literatura	Patrícia Barbosa da Conceição
ES	Vitória	Ovo Meu, Será Seu?	Arlene de Paula Torres
GO	Itumbiara	Festa Junina no Arraia do Orestes	Elinete dos Santos Lima
MA	São Luís	Vivendo e Aprendendo a História do Bumba-Meu-Boi	Roselene da Silva Gonçalves
MG	Três Pontas	Do Lixo ao Luxo - na Natureza nada se Perde, nada se Cria, tudo se Transforma	Joana D'arc Vicentini Diniz
MS	Aparecida do Taboado	O Resgate da Principal Manifestação Folclórica do Município	Jucelma Seifert da Silva
MT	Cuiabá	Estou Aqui!	Maria Auxiliadora de Oliveira
PA	Belém	Brincadeira de Casinha	Daniele Dorotéia Rocha da Silva
PB	Santa Rita	Conhecendo o que Comemos	Josinete Evaristo dos Santos
PE	Camaragibe	Velha Cachimbeira - Livros de brincadeiras Populares	Daniela Donato
PI	Pedro II	Natureza é Vida	Osmarina Teixeira de Castro
PR	Rio Negro	Escola e Família em Parceria: Formando Cidadãos	Jussara do Rocio He ide
RJ	Niterói	Começando a Pensar com Ciência	Lilian Cristina Azevedo Teixeira de Aguiar
RN	Currais Novos	Meio Ambiente "Educar para Preservar"	Nivânia Félix dos Santos
RO	Porto Velho	Aprendendo e Ensinando a Transformar o Lixo em Luxo	Lindomar Maia Pereira
RR	Boa Vista	Vivenciando Cantigas	Aracelis Corrêa dos Santos
RS	Santa Cruz do Sul	Separação do Lixo	Maria Isabel Lopes
SE	Aracaju	Arraia Port/Libras	Margarida Maria Teles
SP	Peruíbe	Viagem ao Japão para Conhecê-lo Melhor	Zenilde de Jesus Ferreira da Silva
TO	Figueirópolis	Arte na Pré-Escola	Leilma de Sousa Alves

4.2 - PRÊMIO INCENTIVO À EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

O ano de 2001 comemorou a sexta edição do "Prêmio Incentivo à Educação Fundamental" instituído em parceria com a Fundação Bunge, antiga Fundação Santista.

Dado o crescente interesse pela iniciativa, inovações importantes foram introduzidas: ampliou-se de 15 para 20 (vinte) o número de professores premiados; a seleção, em âmbito estadual passou a contemplar 3 (três) experiências e a outorga de um troféu idealizado pela renomada artista plástica brasileira, Maria Bonomi. Em 2001, foram inscritos 750 trabalhos e apenas o estado do Amapá não participou do evento. Coube à SEF receber os 72 (setenta e dois) trabalhos resultantes das avaliações realizadas pelas *Comissões Julgadoras Estaduais* e instituir a *Comissão Julgadora Nacional*, cujas reuniões, ocorridas no MEC entre os dias 25 e 27 de setembro, culminaram com a indicação dos 20 (vinte) melhores trabalhos.

A solenidade de premiação, que contou com a presença de autoridades do governo e da Fundação Bunge, foi realizada no Palácio do Planalto. Na ocasião, os professores premiados receberam além do troféu, certificado e prêmio em dinheiro no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

PRÊMIO INCENTIVO À EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - 2001
TÍTULO DO TRABALHO E AUTORIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

TÍTULO	NOME DO PROFESSOR	UF
Texto Imagético, Apropriação e Produção de Sentidos	Adélia Maria Silveira Costa	RN
Shakespeare, Uma Viagem Através da Arte	Shakespeare, Uma Viagem Através da Arte	ES
Ginástica Rítmica na Educação Física do Ensino Fundamental	Luciana Santos Collier	RJ
Aprendendo Com Cartões Telefônicos	Maria Lina De Menezes Gomes	CE
Conhecendo Minha Comunidade: Quem Somos Nós	Ninfa Emiliana Freire Santos Fausto	BA
Plantando e Colhendo Geometria	Maria Rita Lorêdo Souza	MG
O Mundo da Gibilândia	Adriana Tauscheck Jorge	PR
Filosofia e Arte Como Veículos à Alfabetização de Jovens e Adultos	Fátima Aparecida Gusso Rigoni	PR
Possibilidade de Mudança	Nadir Michelmann	SC
De Mestre e Aprendiz Cada Um Tem Um Triz	Maria Da Consolação De Sousa	DF
Direito se Conquista com Luta: Uma Ação De Cidadania Para Além Das Paredes Da Escola	Roméa Almeida Ribeiro	PI
Brincar: o Elo Entre o Ensino e a Aprendizagem	Auria De Oliveira Costa Santos	RO
Brincando, Aprendendo e Integrando Saberes	Alexsandra Maria Brasileiro Silva	PB
Escola Pública, Um Bem Comum	Edsalba Gabriel Peixoto Silva	SE
O Visual na Construção do Conhecimento	Wilson Marcos Soares	MG
Fazer O Quê?	Adriana De Souza Lima	RJ
No Jardim Com Monet	Bianca Santos Chiste	RO
A Questão do Lazer na Ilha de Caratateua	Nalzira Freire Das Mercês	PA
Vamos Conhecer Pernambuco	Luciana Emília Duarte De Melo Alves	PE
O Uso de Fotografias em Sala de Aula	Jaqueline Maria De Souza Dias	AM

II - POLÍTICA DE FORTALECIMENTO, MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E EQUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO - FUNDEF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Dec. n.º 2.264/97, integra o Programa Brasil em Ação e a Rede de Proteção Social do Governo Federal, tendo como objetivo a subvinculação de recursos devidos à educação por exigência da Constituição Federal, ao Ensino Fundamental, redistribuindo-os entre as esferas de governo Estadual e Municipais de uma mesma Unidade Federada, com base no número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

ANÁLISE DOS VALORES VINCULADOS AO FUNDEF COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS

R\$ Milhões

Origem dos Recursos	1998		1999		2000		2001 (Previsão)	
	FUNDEF	Part. %	FUNDEF	Part. %	FUNDEF	Part. %	FUNDEF	Part. %
FPM	1.838,30	13,8%	2.045,90	13,5%	2.238,70	12,7%	2.643,30	13,8%
FPE	1.638,10	12,3%	1.814,20	12,0%	2.149,80	12,2%	2.524,60	13,2%
ICMS	8.758,80	66,0%	9.886,70	65,3%	11.924,70	67,5%	12.724,30	66,4%
IPI Exp.	238,00	1,8%	239,90	1,6%	264,60	1,5%	300,80	1,6%
LC 87/96	314,00	2,4%	582,90	3,8%	565,70	3,2%	536,80	2,8%
Subtotal	12.787,20	96,3%	14.569,60	96,2%	17.143,50	97,0%	18.729,80	97,8%
Coznpl. da União "	486,60	3,7%	580,10	3,8%	532,70	3,0%	429,00	2,2%
TOTAL	13.273,80	100,0%	15.149,70	100,0%	17.676,20	100,0%	19.158,80	100,0%

(*) A **Complementação da União** é realizada de maneira que uma parcela residual do valor de um ano ocorre no ano seguinte, a título de acerto de contas, na forma do Dec. 2.264/97, assim:

- 1998** = R\$421,5 milhões repassados no ano, **mais** R\$65,2 milhões de acerto de contas de 1998, realizado em 1999
- 1999** ■ R\$675,0 milhões repassados no ano, **menos** R\$65,2 milhões de ajuste de contas de 1998, **mais** R\$29,7 milhões de ajuste de contas negativo de 1999, realizado em 2000
- 2000** ■ R\$505,6 milhões repassados no ano, **menos** R\$29,7 de ajuste de contas negativo de 1999, **mais** R\$2,6 milhões de ajuste de contas negativo de 2000, realizado em 2001.
- 2001** = R\$426,4 milhões de repasses no ano (Port./MF n.º 288, de 27.09.01), **menos** R\$2,6 milhões de ajuste de contas negativo de 2000 (não inclui o acerto de contas de 2001, a ser realizado em 2002).

No ano de 2001 o montante de recursos do FUNDEF alcançou a cifra de 19,1 bilhões dos quais 429 milhões foram assegurados pela União, em cumprimento ao disposto no art. 6º da lei n.º 9.424/96, que prevê a garantia de complementação financeira ao Fundo, mediante a realização de transferências mensais aos Governos Estaduais e Municipais onde o valor por aluno/ano não atingir o mínimo nacional estabelecido para o exercício.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os Municípios, no âmbito de cada Estado, foi realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano de R\$363,00 para os alunos da 1ª a 4ª série e de R\$381,15 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial, beneficiando 32,6 milhões de alunos das redes estaduais e municipais em todo o País.

As transferências da União a título de Complementação ao FUNDEF é da ordem de R\$426,4 milhões em 2001, sendo contemplados os Governos Estaduais e Municipais de 05 Estados da Região Nordeste e 1 (um) da Região Norte, beneficiando um contingente de 9,7 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 3,0 milhões das redes estaduais e 6,7 milhões das redes municipais, conforme quadro a seguir:

**COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF, POR ESFERA DE GOVERNO, UF
E N.º DE ALUNOS BENEFICIADOS - 2001**

	ESFERA DE GOVERNO					TOTAL
UF	GOVERNO ESTADUAL		MUNICÍPIOS			
	ALUNOS	VALOR (R\$)	ALUNOS	VALOR (RS)	ALUNOS	VALOR (RS)
AL	185.385	734.064,97	481.622	1.881.985,03	667.007	2.616.050,00
BA	1.266.720	66.704.769,24	2.261.067	117.013.430,76	3.527.787	183.718.200,00
CE	446.831	4.091.582,72	1.252.140	11.209.125,28	1.698.971	15.300.708,00
MA	412.934	37.225.559,60	1.131.513	99.997.240,40	1.544.447	137.222.800,00
PA	454.857	19.748.901,56	1.091.770	46.787.898,44	1.546.627	66.536.800,00
PI	256.620	7.520.811,37	467.228	13.495.788,63	723.848	21.016.600,00
E	3.023.347	136.025.689,46	6.685.340	290385.468,54	9.708.687	426.411.158
Part. %	31,1	31,9	68,9	68,1	100	100

FONTE: Alunos: Censo Escolar de 2000 e Valor: SIAFI/2001

É importante destacar que os recursos da Complementação da União ao FUNDEF são direcionados às Unidades Federadas mais carentes do País, principalmente em favor dos municípios que contavam com um valor por aluno/ano inferior ao valor mínimo nacional que passou a ser observado após a implantação do Fundo. Nos Estados, onde há necessidade de transferências a título de Complementação, existem 1.285 municípios; destes, 1.245 obtiveram, com o FUNDEF, receitas adicionais vinculadas ao Ensino Fundamental, da ordem de R\$1.469.022.593,51. No Brasil, dos 5.560 municípios existentes, 3.434 obtiveram ganhos financeiros adicionais da ordem de R\$3.803.478.727,19 em 2001, sendo que em 2000 os ganhos financeiros em favor das redes municipais totalizaram R\$1,6 bilhões e beneficiaram 1.595 municípios. Grande parte desse adicional financeiro advém da Complementação da União do Fundo.

Os recursos do FUNDEF, são empregados pelos Estados e Municípios de forma que, pelo menos, 60% seja destinado à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental público, e os restante (de até 40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino, como construção, reforma, ampliação, reforma e equipamento de escolas, capacitação de recursos humanos, transporte escolar, material didático-pedagógico, etc.

MUNICÍPIOS COM ACRÉSCIMO FINANCEIRO EM DECORRÊNCIA DO FUNDEF- 2001

Regiões	Número de Municípios			Receita Adicional (R\$ milhões)
	Existentes (a)	Com acréscimo de Receita (b)	% (b/a)	
NO	449	370	82,41%	419.617.341,97
NE	1.792	1.653	92,24%	1 602.079.616,36
SD	1.667	733	43,97%	1.238.337.614,43
S	1.189	510	42,89%	392.026.429,93
CO	463	168	36,29%	151.417.724,50
TOTAL	5.560	3.434	61,76%	3.803.478.727,19

Impacto redistributivo do FUNDEF

Como efeito redistributivo do FUNDEF, observou-se que, do total de municípios brasileiros, 60% (3.313 municípios) obtiveram acréscimo de receitas em 1999; saltando para 3.408 municípios (62% do total) em 2000; e alcançando-se 3.434 em 2001 (61,76% dos municípios do país). As municipalidades que receberam recursos adicionais responderam pelo atendimento de 87% dos alunos matriculados nas redes municipais em 1999. Assim, tomando-se por referência os 32.591.935 alunos atendidos pelos municípios em 2001, pode-se concluir que 18.875.331 (57,91%) estão matriculados naqueles que obtiveram ganhos financeiros com o FUNDEF.

Quanto ao montante de recursos adicionados a essa maioria de municípios, também pôde se observar um expressivo crescimento nos valores redistribuídos: R\$2,7 bilhões em 1999; prevendo-se R\$ 3,1 bilhões para 2001 (elevação de 13 % em 2000).

Dos recursos adicionais transferidos à conta do FUNDEF em favor das redes municipais de Ensino Fundamental, no ano de 1999, R\$1,2 bilhões (44,4%) beneficiaram os municípios da Região Nordeste e R\$308 milhões (11,4%) os municípios da Região Norte. Em 2000, esse incremento financeiro alcançou R\$1,4 bilhões no Nordeste e R\$ 345 milhões na Região Norte. Estima-se que, no ano 2001, essas duas regiões deverão obter acréscimos de R\$ 1,6 bilhões e de R\$ 419 milhões, respectivamente. As redes municipais dessas duas regiões absorveram, em 1999, 57% dos recursos adicionais brutos que foram providos pelo FUNDEF aos municípios. Em 2000, essa participação alcançou 57%, devendo se situar em 61,8% no corrente ano.

O IMPACTO SOBRE AS MATRÍCULAS

A matrícula no ensino fundamental da rede pública, de 1997 a 2000, cresceu 6,5 % (de 30,6 milhões para 32,6 milhões), o que representou 2,0 milhões de alunos a mais nas salas de aula. Nesse período, o crescimento no âmbito da rede municipal foi de 34,7 % (passando de 12,4 milhões para 16,7 milhões). São mais 4,3 milhões de alunos nas escolas municipais. Ao mesmo tempo, verificou-se uma redução de 2,2 milhões de estudantes matriculados na rede estadual, cujo total passou de 18,1 milhões para 15,9 milhões, refletindo uma diminuição de 12,2%. A expansão da matrícula na rede municipal ocorreu nos dois ciclos do Ensino Fundamental. No primeiro (1ª a 4ª série), o crescimento foi de 26,5%, passando de 9,8 milhões para 12,4 milhões de alunos. Nas quatro séries seguintes, o aumento chegou a 61,5%, elevando-se de 2,6 milhões para 4,2 milhões de estudantes. Esse acentuado crescimento das matrículas deveu-se aos efeitos do FUNDEF que incentivou a expansão e municipalização do Ensino Fundamental,

Em 1997, os municípios eram responsáveis por 40,7% das matrículas do Ensino Fundamental, e os estados, 59,2%. Em 2000, estes índices passaram para 51,4 % e 48,6 %, respectivamente. Este maior equilíbrio entre as redes estaduais e municipais está em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O processo de municipalização era esperado como uma das mais importantes conseqüências da implantação do FUNDEF. Prevendo esse fenômeno, a própria legislação que criou o Fundo estabeleceu que a transferência de escolas entre as redes e correspondente transferência de recursos financeiros ocorreria por meio da celebração de convênios específicos entre os governos envolvidos, como determina a Lei n.º 9.424/96.

ACÇÕES COM VISTAS À VERIFICAÇÃO DA EFETIVA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei n.º 9.424/96, a fiscalização do FUNDEF é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e União. O MEC, de acordo com o art. 12 do mesmo diploma legal, tem a atribuição de avaliar o FUNDEF com vistas à promoção das medidas corretivas eventualmente necessárias. Além disso, o Ministério oferece orientações e apoio técnico a Estados, Municípios, outras instituições e pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, tanto pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, quanto pelos órgãos de controle externo e pela própria sociedade.

Nessa linha de ação e considerando a necessidade de se disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do Fundo, o MEC veiculou, via Embratel, a TV Executiva sobre o FUNDEF, transmitindo a professores, membros do Ministério Público, das Câmaras de Vereadores, dos Conselhos do FUNDEF, dentre outros, informações e orientações de natureza técnico-operacional e, principalmente, esclareceu dúvidas sobre a operacionalização do Fundo.

Além da fixação em todas as agências dos Correios no País, este Departamento encaminhou às escolas públicas de ensino fundamental cartazes sobre "*o que pode*" e "*o que não pode*" ser realizado com os recursos do FUNDEF.

Numa aproximação com os Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, O MEC promoveu a realização de encontros com membros desse conselho (dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF), de forma a propiciar reflexões e debates sobre a avaliação do FUNDEF nos Estados. Os encontros foram organizados em nível nacional e regional abordando temas relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e Organização e Funcionamento dos Conselhos.

UF	EVENTO	PARTICIPANTES
DF	III Encontro Nacional dos Conselhos do FUNDEF	<ul style="list-style-type: none"> ■ Membros dos Conselhos Estaduais do FUNDEF • Conselheiros do FUNDEF, no âmbito da União ■ Técnicos do Dept" de Acompanhamento do FUNDEF/SEF
DF	IX e X Reunião do Conselho do FNDEF no âmbito da União	Conselheiros do FUNDEF
TO, RO, AC, AM, RR, MS, MT, PA, AP, AL, CE, BA, PI, SE, PB, RN, PE, MA.	II Encontro dos Conselhos Municipais do FUNDEF - Regiões Norte e Centro-Oeste	• Conselhos Municipais do FUNDEF
PR, AM	Treinamento e monitoramento de conselhos municipais do FUNDEF	• Conselheiros Municipais do FUNDEF e Secretários Municipais de Educação
RN, GO, RJ	Encontros Regionais dos Conselhos Estaduais do FUNDEF	<ul style="list-style-type: none"> ■ Membros dos Conselhos Estaduais do FUNDEF ■ Conselheiros do FUNDEF, no âmbito da União ■ Técnicos do Dept" de Acompanhamento do FUNDEF/SEF

Com o objetivo de intensificar a interação e articulação institucional com os órgãos e unidades das instâncias de acompanhamento, controle e fiscalização do FUNDEF (Ministério Público e Tribunal de Contas), de modo a facilitar a efetiva atuação desses segmentos no sentido de fiscalizar, observar e fazer cumprir os critérios legais estabelecidos para uso dos recursos do FUNDEF, o MEC buscou aproximação junto aos Ministérios Públicos Estaduais, mediante participação nos encontros da justiça pela educação com os Promotores de Justiça e Juizes, promovidos pelo Fundescola, com o propósito de oferecer-lhes informações e subsídios que concorram para a melhoria do acompanhamento do Fundo e da ação das Promotorias de Justiça nos Municípios, nos casos de denúncias relacionadas à educação, particularmente ao FUNDEF, além de discutir com os Tribunais de Contas temas relacionados à aplicação dos recursos do FUNDEF, proporcionando, inclusive, o intercâmbio de experiências bem sucedidas realizadas pelos tribunais.

- UF que participam: MS, AL, TO, AM/RR, GO, RO/AC, PR, RJ, CE, PE, RN, SP, MT, RS, MG, PI, BA, PA/AP, SE, PB
- Quantidade de Eventos Realizados: 20
- Parceria: Associação Brasileira de Magistrados e Ministério Público
- Participantes: Promotores de Justiça, Juizes da Infância e Adolescência

Foram elaborados (redação e organização de *folders*), ainda, os materiais abaixo relacionados, permitindo auxiliar os gestores no correto emprego e utilização do recursos do FUNDEF e à sociedade um efetivo acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

MATERIAL/PUBLICAÇÕES	QTDE
Previsão de recursos por UF-2001, com informações sucintas sobre o FUNDEF	41.250
O FUNDEF e os professores	70.000
Reimpressão do material: "Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEF"	7.000
Reimpressão do Manual de Orientação do FUNDEF 2ª edição	18.000
Distribuição de cartazes sobre repasses de recursos para as agências dos (orreios/2001	15.000
Elaboração, impressão e distribuição de Carta aos prefeitos	5.560
Produção e veiculação de vídeos-documentários sobre o FUNDEF, transmitidos pela TV Escola, abordando os temas: funcionamento dos conselhos, plano de carreira, qualidade do ensino - uso dos recursos do FUNDEF em programas de melhoria do EF, capacitação de professores, gestão de recursos e escolar e controle social.	12
Distribuição de cartazes sobre programa do FUNDEF" pela TV Escola	70.000

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

1. Realização de Teleconferência (TX Executiva/MEC) e participação em encontros, com objetivo de disseminar as informações sobre o FUNDEF e prestar apoio e cooperação técnica às secretarias municipais de educação e propiciar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização,

acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos, atingindo secretários de educação, prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais (Estados de PR, AM, RS, MG, TO, SP, MA, PB, PA, RR, RJ, CE, MS, e PI).

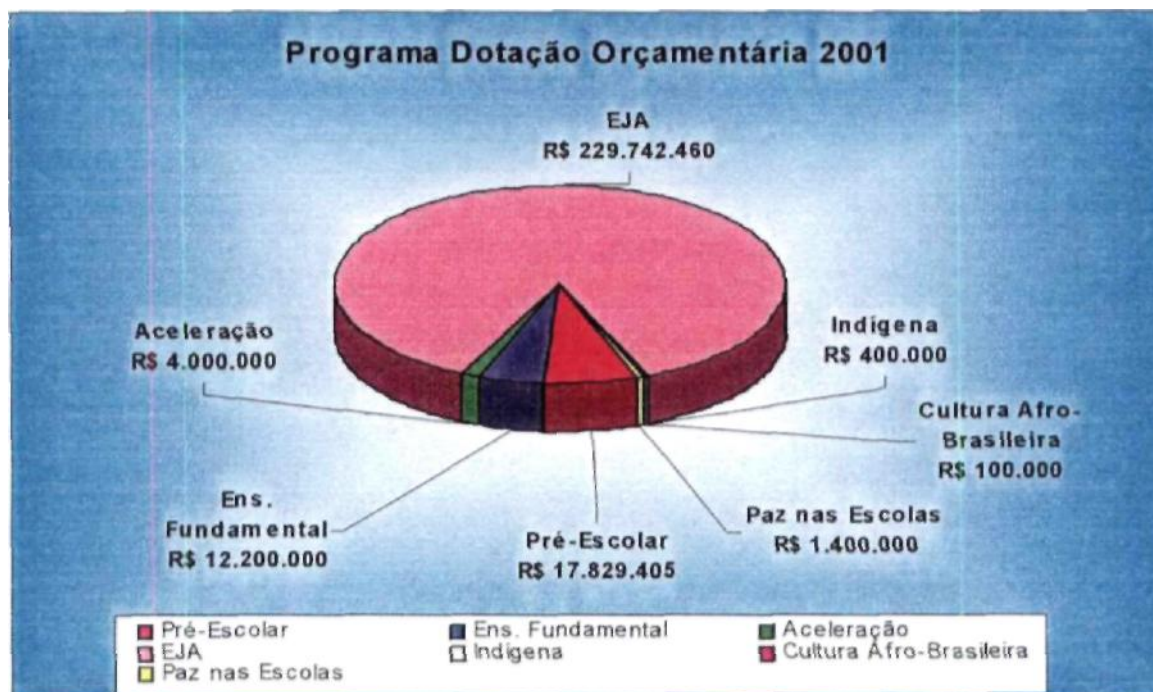
2. Quanto aos esclarecimentos sobre o FUNDEF, foram emitidas cerca de 3.500 correspondências à sociedade em geral, atendendo a professores, pais de alunos, sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos referente à remuneração do magistério e outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de abonos e gratificações, educação especial e de jovens e adultos, transporte escolar, funcionamento do conselho do FUNDEF, recomendações sobre providências referente a denúncias e irregularidades praticadas com recursos do FUNDEF, plano de carreira, capacitação/habilitação de professores, informações sobre valores repassados e nº de alunos.

3. Quanto às reclamações/problemas relacionadas ao FUNDEF, foram recebidas 613 comunicações de irregularidades referentes a 502 municípios, com 528 ocorrências, representando 9%. Os resultados colhidos servirão, também, como subsídio à atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Como providências, as reclamações/denúncias recebidas pelo Ministério são comunicadas aos Prefeitos dos municípios reclamados, os quais são solicitados a oferecer esclarecimentos sobre o problema/irregularidade apontada. As respostas encaminhadas pelos Prefeitos Municipais são recebidas pelo FUNDEF e os resultados verificados são encaminhadas ao Ministério Público e Tribunal de Contas, com cópias dos documentos correspondentes, para conhecimento das situações e adoção das medidas julgadas pertinentes. Foram expedidos 613 ofícios-denúncias e obtidas 216 respostas. Do total de ofícios-denúncias, foram encaminhadas 688 correspondências ao Ministério Público e Tribunal de Contas.

2 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS SISTEMAS DE ENSINO

As políticas educacionais estabelecidas e implementadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos, em parceria com estados e municípios, têm priorizado os programas universais e a descentralização de recursos. Os Programas Dinheiro Direto na Escola e Recomeço-Programa Supletivo expressam essa política.

No ano de 2001, para apoiar financeiramente estados e municípios no desenvolvimento do ensino fundamental, foram alocados recursos no valor de R\$ 626.222.378,00 no orçamento do MEC/FNDE, para desenvolver os projetos/atividades dos Programas: Toda Criança na Escola, Escola de Qualidade para Todos, Educação de Jovens e Adultos, Desenvolvimento da Educação Especial, Atenção à Criança, Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, Cultura Afro-Brasileira e Paz nas Escolas.



Fonte: Anexos Lei nº 10.171 LOA/2001

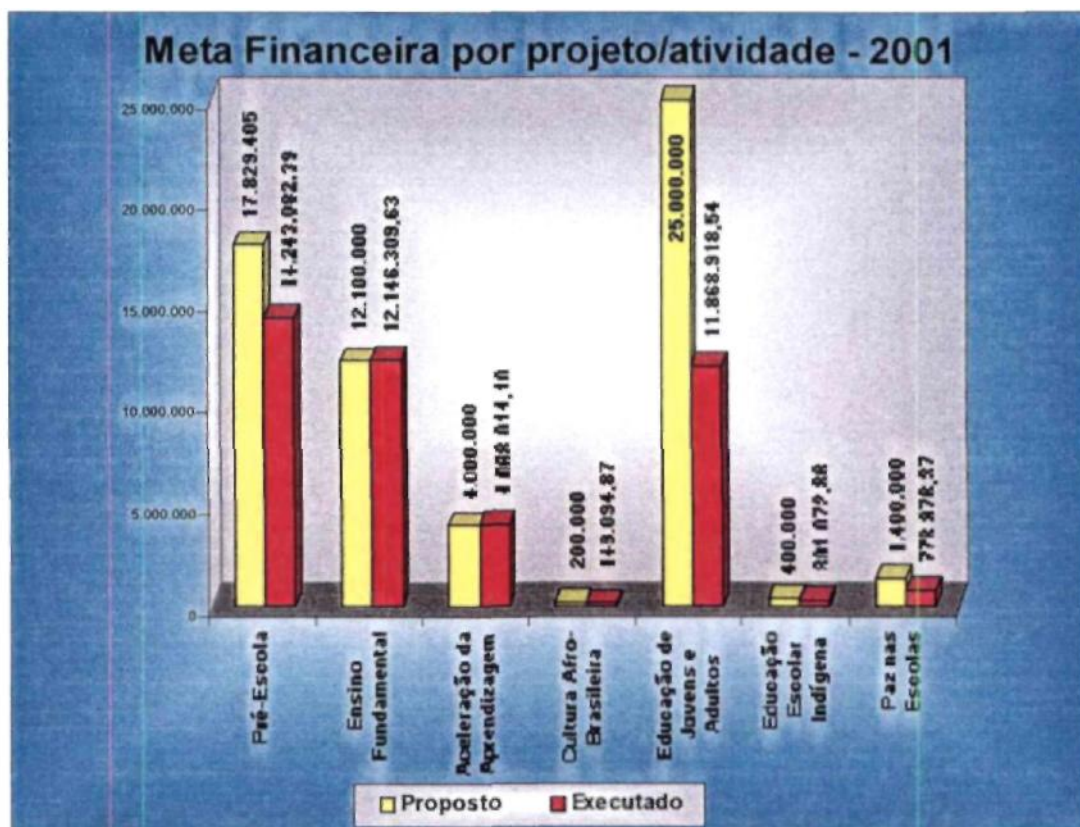
Recursos na ordem de R\$ 265.671.865,00 foram destinados ao desenvolvimento das ações do ensino fundamental e educação pré-escolar, previstas no PPA e cujo órgão responsável é a Secretaria de Educação

Fundamental - SEF. Nesse sentido, um total de R\$ 187.517.176,01 foram repassados diretamente pelo FNDE aos sistemas de ensino estaduais e municipais que estão desenvolvendo o Recomeço-Programa Supletivo. Os demais recursos, no valor de R\$ 43.553.468,76, foram transferidos aos estados e municípios, mediante a celebração de convênios. No caso de Educação de Jovens e Adultos foram realizados convênios, também, com as organizações não-governamentais que vêm desenvolvendo ações em parceria com o MEC nos últimos anos.

Metas Financeiras - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF - 2001

Projeto/Atividade	Proposto	Executado
Pré-Escola	17.829.405	14.243.082,39
Ensino Fundamental	12.100.000	12.146.309,63
Aceleração da Aprendizagem	4.000.000	4.068.014,10
Cultura Afro-Brasileira	200.000	149.094,87
Educação de Jovens e Adultos	23.000.000	11.868.918,54
Educação Escolar Indígena	400.000	301.072,86
Paz nas Escolas	1.400.000	776.976,37

Executado (Dados do SAPE)



Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001
Empenhado (Dados do SAPE - 04/12/2001)

O gráfico acima expressa os valores propostos no Orçamento da União para os Programas e Projetos/Atividades que foram desenvolvidas em 2001, no âmbito do ensino fundamental e da educação pré-escolar. sobre os quais a Secretaria de Educação Fundamental prestou assistência técnica.

No ano de 2001 as instituições governamentais e não governamentais encaminharam à Secretaria de Educação Fundamental um total de 720, sendo: 427 de educação pré-escolar. 124 de ensino fundamental; 114 de EJA; 28 de Aceleração da Aprendizagem; 6 de Educação Escolar Indígena; 8 de Paz nas Escolas e 13 de Cultura Afro-Brasileira. Nos níveis Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e

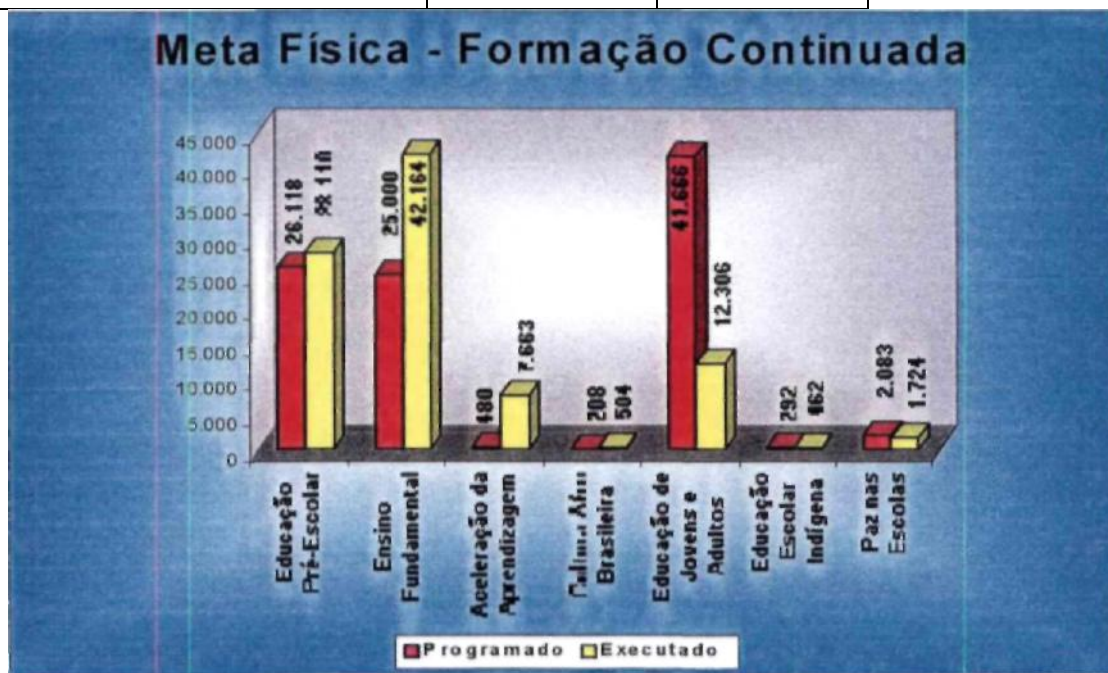
Adultos, o número de projetos foi menor que nos anos anteriores, porém, um grande número de municípios foram beneficiados, uma vez que 147 municípios pôlos tiveram seus projetos aprovados.

A Secretaria de Educação Fundamental, por meio da sua equipe técnica, analisou, emitiu parecer técnico e solicitou empenho de 448 projetos.

Os recursos aprovados e conveniados possibilitaram as entidades convenentes a formação continuada de 92.933 professores e a oferta de material didático a 2.340.120 alunos, beneficiando os diversos níveis e modalidades de ensino.

Metas Físicas - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF
Formação Continuada de Professores

Projeto/Atividade	Professores	
	Programado	Executado
Educação Pré-Escolar	26.118	28.110
Ensino Fundamental	25.208	42.164
Aceleração da Aprendizagem	480	7.663
Cultura Afro Brasileira	208	504
Educação de Jovens e Adultos	41.666	12.306
Educação Escolar Indígena	292	462
Paz nas Escolas	2.083	1.724



Fonte: Proposto Anexos Lei nº 10.171 LOA/2001
Empenhado (Dados do SAPE -04/12/2001)

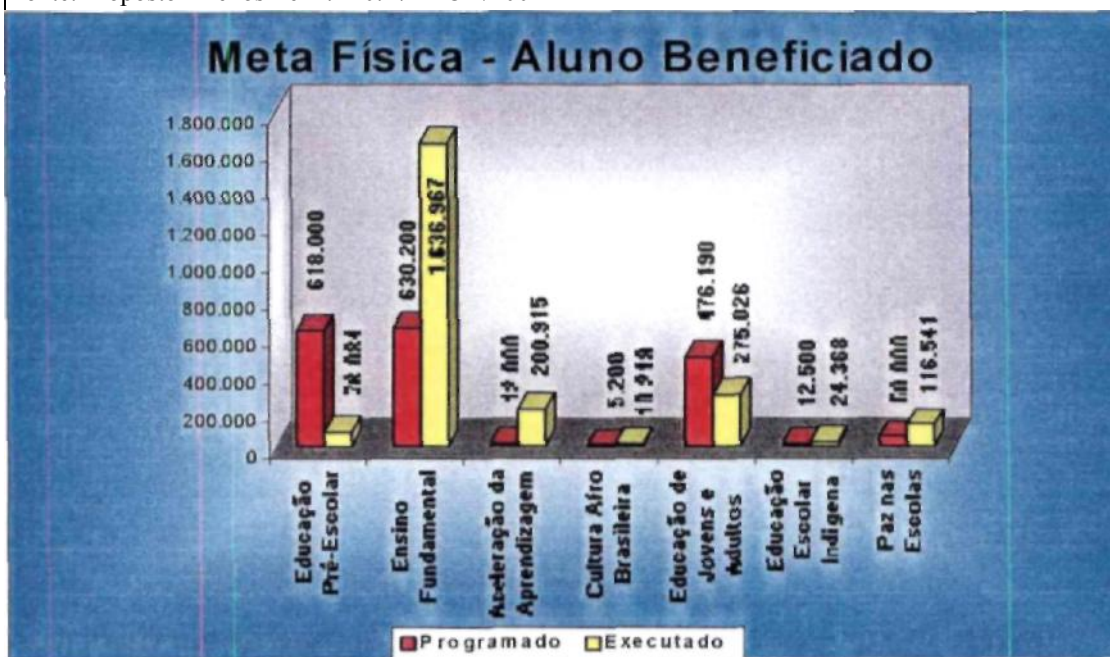
Conforme o gráfico acima na educação pré-escolar, no ensino fundamental, na aceleração da aprendizagem, na cultura afro-brasileira e na educação escolar indígena, as metas físicas para a formação continuada de professores superaram o previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Metas Físicas - Projetos e Atividades gerenciados pela SEF

ALUNO BENEFICIADO

Projeto/Atividade	Alunos	
	Programado	Executado
Educação Pré-Escolar	618.000	76.084*
Ensino Fundamental	630.200	1.636.967
Aceleração da Aprendizagem	12.000	200.915
Cultura Afro Brasileira	5.200	10.219
Educação de Jovens e Adultos	476.190	275.026*
Educação Escolar Indígena	12.500	24.368
Paz nas Escolas	50.000	116.541

Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001



Fonte: Proposto Anexos Lei n.º 10.171 LOA/2001

Empenhado (Dados do SAPE -04/12/2001)

* A meta física refere-se a aluno beneficiado

Na Educação Pré-Escolar foram beneficiados com o material didático os alunos dos sistemas municipais de educação dos municípios, cujo índice de Desenvolvimento Humano seja igual ou menor que 0,500, localizados nas Regiões Norte e Nordeste.

III - POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO SETORIAL E INSTITUCIONAL

1. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

A Secretaria de Educação Fundamental, na qualidade de representante do Ministério da Educação junto ao *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA*, tem participado das assembleias ordinárias e extraordinárias, além da participação em outras reuniões de trabalho promovidas pelo referido Conselho, bem como das seguintes atividades.

- Elaboração, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, da publicação *Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - 2001-2005*;
- Visitas, por ocasião da Assembleia Extraordinária realizada em julho, na cidade de Salvador/Bahia, a duas unidades de internação de menores em conflito com a lei.
- Organização, no âmbito da Comissão de Políticas Públicas, da *IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, realizada em Brasília, no período de 19 a 22 de novembro/2001, bem como participação nas atividades da mesma.

No que se refere à Conferência Nacional dos Direitos da Criança, ressaltamos que, um dos seus principais produtos, (cujo tema foi *Crianças, Adolescentes e Violência*, e o lema - *Violência é Covardia, as Marcas ficam na Sociedade*) foi a proposta do *Pacto Social pela Paz*, em cujo eixo - Educação - destaca-se, entre outros pontos: *reunir forças na universalização do atendimento à educação infantil, e garantir a inclusão do ECA no currículo escolar*.

2. CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS - CONAD

A Secretaria de Ensino Fundamental, na qualidade de representante do Ministério da Educação junto ao referido Conselho, tem participado nas Assembleias ordinárias e extraordinárias, bem como, das seguintes atividades:

- Participação no *I Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Entorpecente*, realizado em Brasília, no dia 07 de maio/2001;
- Participação nas atividades da *III Semana Nacional Antidrogas*, realizada no período de 19 a 26 de junho;
- Colaboração, junto ao CONAD, na elaboração do documento - *Política Nacional Antidrogas - PNAD*, recém aprovada pela Presidência da República;
- Articulação, junto ao Gabinete do Ministro, para a inclusão deste Ministério no *Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD*;
- Participação no encontro - *Integração de Políticas Públicas à Política Nacional Antidrogas* - realizado no Anexo I do Palácio do Planalto, no dia 10 de dezembro/2001.
- Participação no *// Fórum Nacional Antidrogas*, realizado em Brasília, no período de 11 a 13 de dezembro/2001.

Em relação à *Política Nacional Antidrogas*, cujos objetivos e capítulo relativo à prevenção ressaltam a importância de *"ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas"*, bem como a inclusão do tema nos currículos escolares, cabe destacar que a SEF, juntamente com a SEMTEC, elaboraram uma proposta de um *Concurso Nacional de Material Pedagógico de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas*, cujo Regulamento está em fase de análise e aprovação, pelas referidas secretarias.

3. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA

O MEC, por meio da Secretaria da Educação Fundamental, tem feito uma articulação direta, por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental, com instituições governamentais e não governamentais como:

- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Saúde;
- IBAMA;
- Fundação Rio Parnaíba- FURPA;
- e as representações governamentais dos órgãos de meio ambiente dos Estados de: Bahia, Pernambuco, Goiás.

No ano de 2001 participamos ativamente das reuniões ordinárias e extraordinárias, convocadas pelo CONAMA, através do acompanhamento das discussões sobre as questões ambientais, realizadas por aquele conselho e como resultado, têm participado das suas deliberações, votações e resoluções.

Estivemos ainda presentes nas discussões da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, no que diz respeito à nova composição da Câmara, à regulamentação da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, na articulação entre as Câmaras Técnicas do CONAMA, e entre outras deliberações.

ATIVIDADES DE ARTICULAÇÃO INTERMINISTERIAL:

- Reunião do Grupo de Trabalho sobre: posição da área indígena e Unidade de Conservação -CONAMA.
- Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental - CONAMA.
- Reunião extraordinária do CONAMA sobre Energia.
- Reunião Extraordinária do CONAMA.
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre: posição da área indígena e Unidade de Conservação -CONAMA.
- 17ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal - CONAMA., em Brasília/DF.
- 18ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal - CONAMA., em Recife/PE.
- 19ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal - CONAMA., em Salvador/BA
- Reunião extraordinária do CONAMA sobre a Expansão do Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto de Angra dos Reis.
- 7º Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado- Goiânia.
- 31ª Reunião Extraordinária do CONAMA.
- 32ª Reunião Extraordinária do CONAMA.

4. PROJETO FORMAR

OBJETIVO - O Projeto Formar tem o objetivo de proporcionar aos servidores da Administração Federal Direta, Autárquica e Fundacional, com nível de escolaridade inferior ao médio, a formação educacional básica que lhes falta, proporcionando-lhes crescimento pessoal e profissional, e, ao mesmo tempo, promovendo a sempre busca da melhoria dos serviços públicos prestados ao cidadão.

PARCERIA - O Projeto Formar está desenvolvendo, mediante parceria entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e Ministério da Educação - MEC, conforme as atribuições a que a cada um competir, cabendo ao Ministério da Educação:

I- proceder à mobilização de todos os níveis da sua estrutura Organizacional envolvida no Projeto;

II- dar apoio técnico-pedagógico ao Projeto em todos os níveis de execução;

III - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PÚBLICO ALVO - A Administração Pública Federal possui em seus quadros, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, cerca de 111.437 (cento e onze mil, quatrocentos e trinta e sete) servidores com grau de escolaridade inferior ao nível médio. Dentre estes, muitos não alfabetizados, situação está, totalmente incompatível com o esforço realizado por este Governo para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - Para administração do Projeto, foram previstos para o ano 2001, recursos orçamentários dentro do PPA/ 2000 - Programa de Valorização do Servidor. A sua execução/operacionalização correrá por conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e recursos orçamentários alocados por cada órgão/ entidade, segundo a demanda.

AÇÕES DESENVOLVIDAS - Foi realizada no Estado do Rio de Janeiro reunião envolvendo a Secretaria de Educação Estadual, INSS, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Educação e a ONG Viva - Rio, dando início à execução do Projeto Formar, cabendo à Secretaria de Educação - RJ, juntamente com o INSS a elaboração de Projeto com vistas a operacionalizar os cursos nas instituições federais no Rio de Janeiro e a celebração de convênios com escolas públicas para acompanhar e certificar os alunos. Estas mesmas ações já estão sendo executadas nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Bahia e nos demais Estados as Secretarias Estaduais de Educação que já foram contatadas e já estão se articulando para a viabilização do Projeto.

5 . GRUPO INTERMINISTERIAL: MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A comissão de Trabalho Saúde / Educação foi Instituída por meio da Portaria interministerial nº. 766/ GM, de 17 de maio de 2001, com a finalidade de elaborar, implementar, assessorar e avaliar proposta de formação continuada, relativa aos temas transversais "Saúde" e "Educação Sexual" no âmbito do Programa Parâmetros em Ação, da SEF/MEC.

O conjunto das proposições expressa nessa parceria dos Ministérios, responde à necessidade de referenciais, por parte dos sistemas educacionais, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que perpassam a nossa complexa sociedade, que a educação básica nacional possa gerir crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, no que se refere à promoção da saúde e esclarecimentos para uso saudável da sexualidade.

6. PROGRAMA PAZ NAS ESCOLAS

A violência nas escolas é hoje um fenômeno real que, por muito tempo, ficou relegado a uma situação subterrânea e invisível e somente na atualidade entrou na agenda política da nação. Trata-se de uma questão multicausal e complexa, que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados. A miséria, o desemprego, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades para os jovens, bem como a presença insuficiente ou inadequada do estado, quer seja na forma de políticas públicas, quer seja por meio do seu aparato de segurança pública, fazem aumentar as manifestações de violência no país. Entretanto, não se trata de um fenômeno circunscrito a fatores estruturais de ordem socioeconômica. Assim, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade.

Muitos atos de violência, que ocorrem dentro do ambiente escolar, representam uma violação dos direitos humanos nas escolas e têm uma relação direta com o aumento da evasão escolar.

Diversos estudos, matérias veiculadas pela mídia e dados estatísticos têm demonstrado os níveis de envolvimento dos adolescentes, como vítimas e como responsáveis pela violência dentro e fora das escolas.

A escola representa um espaço privilegiado de socialização e, dependendo dos comportamentos promovidos, essa socialização pode ser construída com base nas relações defensivas ou propositivas.

A violência escolar vem ganhando dimensões que passam a demandar ações de enfrentamento por parte da sociedade e dos governos, buscando alternativas que favoreçam a paz. Embora muitas das causas da violência estejam fora da escola, o seu reflexo no meio escolar representa ameaça a um dos polos fundamentais da formação das crianças e dos jovens, qual seja, o sistema escolar.

Neste contexto, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, criou o Programa Paz nas Escolas, com o objetivo de contribuir para a redução da violência entre crianças, adolescentes e jovens nas escolas do país.

O programa é multissetorial e integra o Plano Plurianual - PPA 2000-2003. Uma de suas ações, Capacitação de Professores, é executada pelos sistemas de ensino estaduais e municipais com o apoio financeiro do Ministério de Educação. A capacitação dos professores nos temas transversais Ética e Cidadania, conta com o apoio pedagógico do Kit Ética e Cidadania no Convívio Escolar, elaborado por este Ministério.

A atuação da SEF no Programa Paz nas Escolas efetiva-se mediante o apoio e técnico financeiro aos sistemas de ensino. No exercício de 2001 este apoio destinou-se a desenvolvimento da ação de Formação Continuada de Professores, no tema transversal do currículo do Ensino Fundamental - Ética e Cidadania.

A Secretaria de Educação Fundamental previu em sua programação realizar o acompanhamento da execução dos projetos Paz nas Escolas, das Secretarias Estaduais de Educação que foram apoiadas financeiramente com recursos do exercício de 2000.

Nessa direção, em parceria com o Ministério da Justiça - Gerência do Programa Paz nas Escolas, elaborou o Projeto de Acompanhamento - Proposta e Instrumento de coleta de dados do Programa Paz nas Escolas.

7. PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PLANO DE INTEGRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS E PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA - PIAPS

O Governo Federal lançou o Plano Nacional de Segurança Pública PNSP, cujo objetivo é melhorar o sistema de segurança integrando ações sociais de combate à violência.

O Plano se constitui de 124 ações que serão executadas em parceria entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Sociedade Civil Organizada e agências governamentais estrangeiras.

Os recursos que possibilitarão a implantação das ações são recursos orçamentários disponíveis nos Ministérios que formam o Comitê de Acompanhamento e Integração de Programas Sociais, os das parcerias e em particular os do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Nesse contexto, foi elaborado o Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência - PIAPS, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Participam do PIAPS, 47 programas sociais do "Avança Brasil", dentre os quais citamos: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, TODA CRIANÇA NA ESCOLA, ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS, ESPORTE SOLIDÁRIO, ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO.

O público alvo do Plano são as crianças e os jovens situados na faixa entre os 9 e 24 anos e as famílias onde estão inseridos. As regiões, para o ano de 2001, são as metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife.

Com o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, em cada um dos Estados, dava-se início a campanha "BRASIL DIZ NÃO A VIOLÊNCIA". A gerência de Educação de Jovens e Adultos acompanhou o lançamento do Plano nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A Secretaria de Educação Fundamental orientou os municípios das regiões metropolitanas das Capitais de Vitória e Rio de Janeiro a elaborarem seus projetos para o apoio financeiro do MEC, no âmbito do Programa Educação de Jovens e Adultos, no ano de 2001.

8. PARTICIPAÇÃO NO PROJETO ALVORADA

Criado com o objetivo de reduzir as desigualdades por meio da melhoria das condições de vida das populações mais pobres do País, o Projeto Alvorada se constitui em um conjunto de programas que contribuem diretamente para a geração de renda, acesso à educação e melhoria da saúde. O Programa Educação de Jovens e Adultos integra o Projeto Alvorada mediante a implantação do RECOMEÇO-Programa Supletivo.

Visando a criação de Plano Gerencial para o Projeto Alvorada, foi realizado pela ENAP uma oficina com participação dos 15 programas que integram o Projeto. A metodologia utilizada permitiu um conhecimento geral de cada um dos programas, bem como possibilitou a identificação das interfaces. Nesse sentido, constatou-se que o Programa Educação de Jovens e Adultos, na execução de suas ações, pode articular-se com os seguintes Programas: BOLSA ESCOLA, ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, PROGRAMA DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF, BRASIL JOVEM, SAÚDE DA FAMÍLIA, ÁGUA NA ESCOLA, ENERGIA NAS PEQUENAS COMUNIDADES, ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, APOIO AO ENSINO MÉDIO E PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - PRONAGER.

No âmbito desse projeto registra-se a participação da assistente do gerente de EJA na reunião coordenada pela gerência do referido projeto, na Secretaria de Assistência Social, para discutir o apoio emergencial à população nordestina, cujos municípios estão em estado de calamidade pública, provocada pela seca naquela região. A reunião teve como objetivo a adoção de medidas que contribuíssem para o repasse imediato dos recursos que cada programa destina à Região. Em relação ao Recomeço, as medidas propostas não se fizeram necessárias uma vez que o repasse dos recursos é mensal e diretamente do FNDE aos governos estaduais e municipais, sem necessidade de convênios, acordos ou ajustes.

Foi implantado pela gerência do Projeto Alvorada um Sistema de Informações Gerenciais, cujo objetivo é informar a sociedade sobre a transparência dos recursos aplicados nos programas que compõem o projeto. Para atender o objetivo de informar a sociedade, a equipe da Secretaria de Educação Fundamental -SEF montou um programa em articulação com o FNDE para atendimento específico do Projeto Alvorada.

Ainda no âmbito do Projeto Alvorada, a SEF com base na proposta encaminhada pela Fundação João Pinheiro, consultora do Projeto Alvorada, elaborou uma "**Cartilha**" sobre a Educação de Jovens e Adultos. A cartilha será distribuída aos Portais do Projeto Alvorada nos Sistemas de Ensino.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - 2001

1. Política de Melhoria da Qualidade da Educação e Valorização do Magistério

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado Programa de Aperfeiçoamento de Materiais Disponibilizados Programa de Produção de Materiais Didáticos e Paradidáticos Programa de Valorização do Professor

2. Política de Fortalecimento, Manutenção e Equalização dos Sistemas de Ensino

FUNDEF

Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino Fomento,
Atualização e Operacionalização do Site

3. Política de Articulação Setorial e Institucional

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

Parâmetros em Ação: Fase 1

Região	UF	Qtd Encontro»	Total Município	Formadores MEC			Técnicos Secret		
				INFANTIL	FUNDAMENTAI	EJA	INFANTIL	FUND	EJA
CentroOeste	DF	1	1	0	14	2	0	348	32
	MS	8	102	6	27	11	215	723	279
	MT	1	11	1	3	1	20	68	30
Total Cento Oeste		10	114	7	44	14	235	1139	341
Norte	AC	1	15	0	3	1	0	30	27
	PA	5	76	6	27	6	196	689	203
	RO	2	19	2	6	1	50	165	18
	RR	1	15	2	8	2	48	195	0
	TO	2	12	2	8	2	60	170	60
Total Norte		11	137	12	52	12	354	1299	336
Nordeste	AL	5	110	1	23	4	30	529	153
	BA	17	211	14	68	21	352	1750	200
	CE	2	127	1	0	5	28	0	245
	MA	14	157	13	40	12	390	1004	314
	PB	4	116	8	25	5	227	627	122
	PE	1	63	0	5	2	0	120	75
	PI	1	60	4	3	3	140	130	278
	RN	8	114	6	41	9	158	1022	212
	SE	1	38	0	0	3	0	0	80
Total Nordeste		53	996	47	205	64	1325	5182	1679
Sul	PR	1	36	2	13	0	129	755	0
	RS	2	32	3	8	3	80	211	32
	SC	8	153	9	24	6	267	597	115
Total Sul		11	221	14	45	9	476	1563	147
Sudeste	ES	2	17	2	6	0	54	131	0
	MO	6	82	5	17	14	118	350	53
	RJ	7	58	9	44	6	320	1114	123
	SP	10	188	18	49	11	623	1123	235
Total Sudeste		25	345	34	116	31	1115	2718	411
Total Brasil		110	1813	114	462	130	3505	11901	2914

DESTAQUES

- Fase 1 - Divulgação do Programa, adesão pelas Secretarias de Educação, realização do Encontro Inicial, elaboração dos planos de trabalho dos municípios, instalação dos Pólos, constituição de equipe da Rede Local de Formadores para acompanhar o trabalho, envio de materiais de apoio.
- Grande expansão do Programa.
- Segmentos e modalidade de Ensino envolvidos: EI, EF, EJA.

EM 2002

- Não haverá ampliação do Programa.
- Em função da divulgação do Parâmetros em Ação para o 2º segmento de EJA (5ª a 8ª séries), serão fornecidas para as Secretarias de Educação orientações sobre a formação de professores.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

PARÂMETROS EM AÇÃO: ABRANGÊNCIA DA FASE 2

Região	UF	Qtd. Pólos	Municípios	1	transição	2
Centro-Oeste	GO	25	152	0	15	136
	MS	9	72	0	7	60
	MT	12	114	4	3	86
	DF	1	1	0	0	1
	TOTAL	47	339	9	25	303
Horta	AC	3	23	0	0	3
	AM	1	1	0	0	1
	PA	15	87	0	0	55
	RO	15	80	0	3	77
	RR	2	15	1	10	4
	TO	2	12	0	0	12
	TOTAL	38	218	1	13	152
Nordeste	AL	13	90	0	1	80
	BA	16	187	52	43	92
	CE	22	122	0	55	67
	MA	14	155	2	24	124
	PB	16	210	0	35	165
	PE	12	162	1	15	142
	PI	2	62	0	28	34
	RN	18	163	2	39	131
	SE	10	39	0	39	0
	TOTAL	123	1190	57	279	835
	Sul	PR	4	58	2	2
RS		0	83	0	63	20
SC		13	225	0	93	132
TOTAL		22	366	2	158	206
Sudeste	ES	10	100	0	71	29
	MO	8	100	10	23	67
	RJ	11	90	1	9	80
	SP	22	272	17	62	154
	TOTAL	51	562	23	165	330

DESTAQUES

- Dificuldades enfrentadas: não garantia das condições institucionais para implementar o Programa.
- Assessoria aos coordenadores gerais e de grupo nos estados e municípios do **Programa Recomeço: Supletivo de Qualidade.**

EM 2002

- Alavancar a implementação do Programa nos pólos em transição.
- Acompanhar os pólos que iniciarem a Fase 2 em 2002.
- Avaliar os pólos que concluírem a Fase 2, total ou parcialmente: Acre, Paraíba, Goiás, Rondônia, Pernambuco, etc.
- Orientar as Secretarias de Educação para outras ações de formação continuada.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES – PROFA: Situação Atual

UF	Total dos Estados			
	Fase 1			
	Bancários	Coordenadores Gerais	Grupos	Municípios
AC	02	04	07	14
AL	02	13	53	19
BA	24	202	1025	204
CE	03	54	306	174
DF	01	06	53	14
ES	04	34	154	40
GO	02	14	95	12
MA	02	44	139	108
MG	03	68	165	66
MS	03	44	60	46
MT	3	24	37	22
PA	03	23	109	19
PB	04	54	83	56
PE	03	84	113	43
PR	01	33	77	33
RJ	02	26	121	24
RN	02	37	33	23
RO	04	08	115	19
RSC	04	64	73	61
SP	09	150	339	150
Total	61	968	3229	1151

UF	Total dos Estados		
	Núcleos Formados	Municípios Participantes	Professores Cursistas
AC	02	10	1470
AL	02	09	2180
BA	43	204	23214
DF	01	14	1630
ES	05	24	2668
GO	06	44	3268
MA	17	105	8140
MG	01	68	4125
MS	11	46	796
MT	05	242	1570
PA	06	12	285
PB	02	85	340
PE	08	79	2900
PR	01	33	3000
RJ	12	31	960
RN	09	21	1740
RO	06	18	1804
SC	11	73	2473
SP	20	150	12845
Total	169	1188	75436

PROFA DESTAQUES

- Curso de aprofundamento de conteúdo e didática de alfabetização. Carga horária de 180h.
 - Acontece em 2 Fases: inicialmente a equipe da SEF faz a formação dos Coordenadores Gerais e de Grupo que, posteriormente, realizam o curso para os professores.
 - Em 2001, 75.436 professores integraram-se ao Programa, superando a expectativa inicial que era a de atender 50.000 professores.
 - Parcerias com Universidades que prestam assessoria às Secretarias de Educação que aderiram ao Programa.
 - Inclusão do Programa em cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento.
- Dificuldades: contrapartidas institucionais.

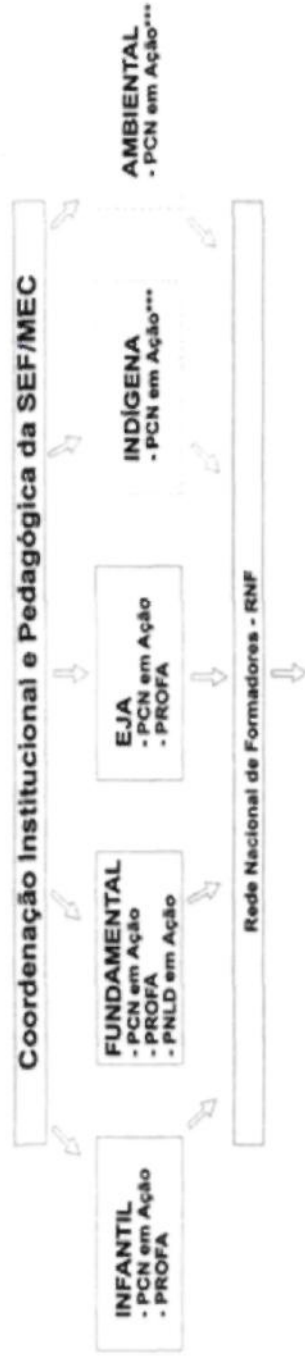
EM 2002

- Acompanhamento da Fase 2 nos 169 núcleos formados.
- Avaliação do Programa.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

- Descentralização do gerenciamento do Programa
- Enraizamento de suas propostas nos sistemas educacionais
- Maior integração entre as instâncias e ações do Programa

Parâmetros em Ação - PROFA



	AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
RNF	5	7	0	22	0	0	1	6	7	6	8	9	5	9	0	3	4	11	12	6	2	3	6	0	48	0	193
PCN em Ação	3	13	1	16	22	1	10	25	14	8	9	12	15	16	12	2	4	11	18	15	2	5	13	10	22	2	281
MUNICÍPIOS	23	90	1	187	22	1	100	152	155	100	72	114	87	210	162	2	58	90	163	80	15	83	225	39	272	12	2515
PROFA	2	2	0	45	0	1	5	6	17	1	11	5	6	2	6	0	1	12	9	6	0	11	0	0	20	0	169
MUNICÍPIOS	10	9	0	204	0	14	24	44	105	6	46	242	12	5	79	0	33	31	21	18	0	72	0	0	150	0	1188
GRUPO DE ESTUDO	27	117	2	401	76	56	148	53	215	171	127	166	111	158	230	25	101	125	257	136	15	84	207	10	427	13	3478
PROFESSORES	285	595	115	2043	598	625	421	696	1407	644	573	900	1187	690	848	187	371	753	1086	1042	189	134	591	50	1476	284	18390
GRUPO DE ESTUDO	210	573	84	920	216	547	192	601	270	482	346	575	935	733	540	215	287	629	496	740	191	0	364	21	787	283	11257
PROFESSORES	7205	15354	3050	44888	3779	8555	6482	14724	38134	15433	7709	14862	26166	13569	18307	6960	11041	19102	18282	10459	2228	1562	13095	771	30926	7816	362809

* Aglutinação de municípios
 ** Aglutinação de municípios
 *** Implantação em 2002

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado: Educação Escolar Indígena

Ações realizadas em 2001:

- Apoio à elaboração de materiais didáticos destinados a escolas indígenas, em parceria com Organizações Não Governamentais, Organizações Indígenas e Universidades. TOTAL: 7605 exemplares
- Apoio à realização de cursos de formação continuada para professores indígenas, em parceria com Organizações Não Governamentais, Organizações Indígenas e Universidades. TOTAL: 1099 professores
- Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais, em parceria com Secretarias Estaduais de Educação. TOTAL: 709 técnicos.

Instituição da Comissão Nacional de Professores Indígenas, com a participação de representantes indígenas de todas as regiões do país, Portaria 1.290-2001.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuada: Educação Ambiental

Ações realizadas em 2001

- Elaboração do conjunto de materiais Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola.
- Implementação do Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola:

Local	Nº de Escolas	Nº de Coord. Grupo	Nº de Professores
Acre	15	35	1854
Rio Branco -AC	11	31	287
Pólo Irecê BA	73	100	105

Demanda para 2002:

UF	SOLICITAÇÕES	UF	Nº de SOLICITAÇÕES
AL	2	PA	18
		PB	
AM	2	PE	2
AP	2	PI	3
BA	28	PR	3
CE	3	RJ	56
DP	1	RN	4
ES	20	RO	2
GO	1	RR	2
MA	22	RS	2
MO	8	SC	4
MS	1	SP	65
MT	1	TO	2

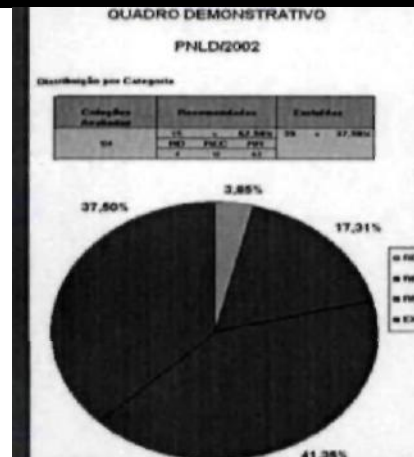
Livro Didático

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado

- PNLD em Ação: orientações para a escolha do livro didático
- Teleconferência sobre a escolha de livros didáticos

Avaliação do Livro Didático

- PNLD 2002



Programa Nacional Biblioteca na Escola

- Avaliação e seleção do acervo PNBE/ 2001 - "Literatura em minha casa"

Ações para 2002

Orientação e acompanhamento pedagógico aos Programas Parâmetros em Ação e PROFA, nos pólos e núcleos instituídos.

Publicação, distribuição e implantação da Proposta Curricular para o 2º segmento de Educação de Jovens e Adultos.

Lançamento e implantação do Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena.

Apoio à elaboração de materiais didáticos e cursos de formação continuada para professores indígenas.

Orientação e acompanhamento pedagógico ao Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola.

Apoio à realização de Encontros Regionais e Estaduais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.

Elaboração das Diretrizes de Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9795/99.

Publicação de dois números da Revista Criança.

Ações para 2002

Avaliação do PNLD 2004/ 1ª a 4ª série:

Coleções Seriadas	Coleções Cicladas	Livros Isolados
155	03	105

Implantação do PNLD em Ação: Oficinas de Orientação para o uso do Livro Didático.

Instituição do Prêmio PNBE na Escola.

Implantação do Projeto Vida e História das comunidades remanescentes de Quilombos no Brasil: Cavalcante/GO, Monte Alegre/GO, Terezina/GO, Barreiras/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Sítio do Mato/BA, Codó/MA, Itapecuru-Mirim/MA, Paraty/RJ e Osório/RS.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)